



## **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **01 – DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE DISPONIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR – ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA E ATIVIDADES ESCOLARES (PAE-AVD/AE) PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS E ÀS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BIRIGUI, EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.**

#### **a- especificação do produto/serviço**

Constitui objeto desta contratação a prestação de serviços de disponibilização de Profissionais de Apoio Escolar – Atividades de Vida Diária / Atividades Escolares (PAE-AVD/AE), com a devida capacitação promovida pela empresa contratada, de modo a prestar atendimento às demandas educativas dos alunos e das unidades escolares da rede municipal de ensino de Birigui.

Os serviços serão executados nas unidades escolares públicas municipais e/ou transporte escolar, seja em sala de aula e nos demais ambientes escolares, como, também, por ocasião de visitas e atividades externas previstas no calendário escolar.

#### **b- locais de entrega e regras para recebimentos**

O serviço será para atendimento das unidades:

Centro de Educação Infantil – CEIs: Berçário, Maternal e/ou Pré-Escola;

Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI: Maternal e/ou Pré-Escola;

Escola Municipal – EM: Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental (1º ao 5º ano e/ou EJA);

Linhas do Transporte Escolar até as unidades escolares.

Os endereços dos locais acima relacionados constam no **ANEXO I deste Termo de Referência**.

#### **c- especificação da garantia exigida**

A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, devidamente assinado, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

Constituem também condições para a celebração da contratação:

#### **Garantia da Contratação**

A Prefeitura Municipal de Birigui, em simetria com o Pregão Eletrônico nº. 90007/2024 e Processo Administrativo nº 015.00181245/2024-36, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, exigirá da



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

CONTRATADA, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133/2021, garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, que deverá ser efetivada antes de sua assinatura, podendo ser prestada por uma das seguintes modalidades (*a não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a celebração do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas*):

I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria.

V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

Será considerada extinta a garantia:

- a) Com a devolução da apólice ou da carta fiança, bem como com a restituição de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as Cláusulas do Contrato;
- b) no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados do término do prazo de vigência do Contrato, caso a Prefeitura de Birigui não comunique a ocorrência de sinistros.

**A vigência contratual será de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do Contrato, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.**

Os serviços deverão ser iniciados em até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da Ordem de Serviços a ser expedida pela Secretaria Municipal de Educação.



## **02 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

O objeto desta prestação de serviços consiste na disponibilização de Profissionais de Apoio Escolar – Atividades de Vida Diária / Atividades Escolares (PAE-AVD/AE), com a devida capacitação promovida pela empresa contratada, de modo a prestar atendimento às demandas educativas dos alunos, conforme exigências da rede pública municipal de ensino.

Referida contratação é indispensável, pois a Secretaria Municipal de Educação conta, hoje, com 30 (trinta) prédios escolares em pleno funcionamento, que atendem a Educação Infantil (Berçário, Maternal e Pré-Escola), Ensino Fundamental – ciclo I (1º ao 5º ano), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

Diariamente, são atendidos cerca de **10.000 alunos** com faixa etária de 0 a 10 anos (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e 15 anos completos ou mais (Educação de Jovens e Adultos), entre os períodos da manhã e da tarde, além de uma unidade com funcionamento noturno (EJA).

Diante desse importante contingente de matrículas, atendendo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, implementada pelo Ministério da Educação, cabe ao Sistema de Ensino a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizando a função de Profissional de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE) para os alunos nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, comunicação, interação e demais atividades escolares que exijam auxílio constante para um adequado desenvolvimento educacional.

Nesse sentido, assegurar o Profissional de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE) vai ao encontro do previsto na Constituição Federal de 1988, que assinala, no capítulo III, art. 205, que a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, **visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.** (BRASIL, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, vem reiterar em seu cap. IV, artigo 54, incisos III, o direito ao atendimento aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino. Tendo em vista o aparato legal que assegura igualdade de condições e permanência de alunos que demandam necessidades especiais durante o percurso pela educação básica, se faz necessário adotar medidas que contribuam para uma **efetiva inclusão de alunos com deficiência no âmbito educacional.**

Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96/96, aponta como dever do Estado o atendimento aos alunos com deficiência, garantindo uma educação pública e gratuita, capaz de atender suas necessidades educacionais especiais, preferencialmente nas salas regulares de ensino, havendo, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial (redação dada Lei nº 12.796/2013).

A Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, ao instituir a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, assim dispôs em seu art. 3º.:



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

Parágrafo único. Em casos de **comprovada necessidade**, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Ratificando tal entendimento, o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 – assegura como dever do Estado a promoção de ambiente educacional onde, por direito, a pessoa com deficiência deve se apropriar de um sistema educacional inclusivo em todos os aspectos, podendo contar, inclusive, **diante da comprovada necessidade**, com a presença de um **Profissional de Apoio Escolar**.

Tendo em vista as legislações que garantem o direito à educação em salas comuns aos alunos com necessidades educacionais específicas, independente do seu grau de comprometimento, surgem medidas para consolidar o direito efetivo ao educando de acesso à escola e ao currículo, reconhecendo que as modificações pertinentes vão além do acesso ao espaço físico, atingem também aspectos atitudinais e curriculares, garantindo acesso, permanência e aprendizagem do aluno com deficiência na escola, que são metas desta Secretaria Municipal da Educação.

Deste modo, as atribuições dos profissionais de apoio estão intrinsecamente ligadas ao processo de ensino e aprendizagem, desenvolvendo um trabalho em parceria com o professor da sala regular e os demais docentes (Professor do Atendimento Educacional Especializado, Professor de Educação Física, Professor do Projeto de Recuperação e Reforço e docentes de oficinas curriculares).

Face ao crescente contingente de alunos público-alvo da Educação Especial na rede pública municipal de ensino, mostra-se necessário promover uma **admissão ágil, eficiente e economicamente viável** de profissionais para atuar nas atividades acessórias / atividades-meio, ou seja, como PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR (PAE-AVD/AE) no processo de inclusão escolar.

No mais, importante destacar que a rede pública municipal de ensino conta, atualmente, com **363 (trezentos e sessenta e três alunos)** público-alvo da Educação Especial, sendo:

Tipo de Deficiência	Quantidade de Alunos
Transtorno do Espectro Autista – TEA	309
Deficiência Auditiva	09
Deficiência Física	05
Deficiência Intelectual	19
Deficiência Visual	08
Paralisia Cerebral	05
Síndrome de Down	07
Deficiências Múltiplas (com TEA)	13
Outras deficiências	06
<b>TOTAL</b>	<b>381</b>

**Fonte:** Secretaria de Educação (BIRIGUI, 03-06-2025).

Justifica-se, portanto, a contratação de empresa para disponibilização e capacitação de Profissional de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE) durante o turno escolar, para os alunos com deficiências matriculados na rede pública municipal – *bem como os novos atendimentos que possam ocorrer ao longo da vigência do contrato* – **para as atividades de locomoção, higiene pessoal, alimentação, comunicação, interação, apoio em sala de aula e demais situa-**



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

**ções educativas identificadas no decorrer da execução do contrato, nas quais os alunos necessitem de auxílio para realizá-las.**

Concomitantemente, é de se destacar, ainda, que para a promoção da permanência do educando na escola e a assistência integral em suas necessidades básicas e educacionais é urgente que se contrate empresa que disponibilize e capacite Profissionais de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE), de modo que as Unidades Escolares possuam maior garantia de segurança nos portões de entrada e saída, no acompanhamento dos alunos ao banheiro, bebedouros e outras dependências da unidade, assim como para que haja maior apoio aos docentes em sala de aula. Referido profissional atuará, **também, nas unidades/salas de aula dos Centros de Educação Infantil (CEIs) prestando auxílio/apoio ao trabalho dos docentes regentes.**

Igualmente, outro aspecto relevante decorrente da presença do PAE-AVD/AE nas Escolas é que ele assegura maior segurança e bem-estar aos alunos durante os trajetos do transporte escolar, assim como no auxílio no embarque e desembarque de alunos, especialmente no caso de cadeirantes ou com mobilidade reduzida.

Desse modo, a proposta de contratação de empresa para disponibilização e capacitação de Profissional de Apoio Escolar – Atividades de Vida Diária e Atividades Escolares (PAE-AVD/AE) se mostra benéfica à Administração em função de diversos aspectos, visando, sobretudo, a reposição de mão de obra qualificada, ainda mais pela **inexistência de Concurso Público vigente e ao fato de que, ainda que existisse, esse meio de seleção já não se mostra adequado para suprir com RAPIDEZ, EFICIÊNCIA e ECONOMI-CIDADE a execução de tais serviços aos alunos da rede municipal de ensino.**

A esse respeito, é importante destacar que, nos últimos anos, a rede pública municipal de ensino vem sofrendo uma acentuada queda no número de matrículas e, por consequência, no repasse de verbas públicas:

---	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Matrículas	10.794	10.706	10.615	10.446	10.090	9.757	9.325
Fundeb (R\$)	---	---	- 406.117,53	-866.936,20	- 2.917.961,12	- 2.834.099,73	- 3.487.000,32
					- 10.512.114,90		

**Obs:** Conforme VAAT-min do último quadrimestre anual.

**Fonte:** CNM e Secretaria de Educação de Birigui.

Além de afetar o repasse do FUNDEB, outros recursos como da Quota Salário Educação (QSE), recursos próprios, PNAT (alimentação) e transporte estão caindo em decorrência de parte da queda nas matrículas. Para 2026, é esperada uma diminuição de mais 500 matrículas (quase - **5 milhões de FUNDEB**), o que, ao final de 10 anos, pode reduzir pela metade o quadro de alunos e recursos financeiros da rede pública municipal de ensino.

Diante dessa constatação preocupante e do grande fluxo de alunos com deficiência que, ao concluírem o 5º ano do Ensino Fundamental (10 anos completos), **a cada ano, migram para a rede estadual de ensino, gerando enorme volatilidade e inconstância no total de atendimentos pelo PAE-AVD/AE**, é que se percebe como não adequado o provimento dos cargos por Concurso Público, dado que os recursos para custeio da folha de pagamento cairão progressivamente nos próximos anos, inviabilizando a sustentação do quadro funcional. Tal cenário aponta para a necessidade da adoção de **estratégias mais flexíveis na Administração Pública**, passíveis de **adição ou supressão na prestação dos serviços**, conforme a volatilidade espera-



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

da, **bem como a rescisão em situações mais extremas.** É nesse ponto que a contratação de empresa para execução dos serviços se mostra mais segura, vantajosa, eficiente e economicamente favorável.

Frise-se que a execução indireta das atividades de apoio/auxílio **não se trata da atividade finalística da Secretaria de Educação.** Destaque-se que os serviços aqui pleiteados são serviços comuns e tem caráter continuado, os quais visam à melhoria das atividades prestadas, com a colaboração de pessoal qualificado que dará apoio à realização de atividades importantes para a prestação de um serviço público de qualidade.

Tal necessidade de contratação visa ainda suprir uma demanda de **atividades-meio** consideradas importantes para a consecução adequada das atividades-fim educativas e pedagógicas, **e que não pode sofrer interrupção.**

Dessa forma, a contratação de empresa responsável por tais incumbências se faz necessária uma vez que a Secretaria Municipal de Educação **não possui em seu quadro o número de servidores suficiente para realizar tais atividades,** considerando a inexistência de concurso público vigente e o fato de que o ordenamento jurídico brasileiro vem permitindo cada vez mais a contratação de trabalhadores nessa modalidade para apoiar os órgãos e entidades públicas na União, Estados e Municípios. Ademais, **necessário citar a enorme rotatividade de servidores públicos dessas funções (afastamentos e exonerações), o que acarreta sérios problemas à execução continuada dos serviços educacionais e riscos de graves prejuízos aos alunos.**

Além disso, para melhor contextualizar o cenário vivenciado nas unidades escolares públicas municipais, ressalta-se que embora haja processo seletivo temporário vigente até dezembro deste ano, os atuais responsáveis por atuar como Profissional de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE) **acumularam um total de 1.742 dias de ausências ao trabalho durante o ano letivo de 2024.** Isso representa **24,19 dias de ausência por profissional,** o que, por si só, **demonstra a total inviabilidade desse modelo de admissão de pessoal, podendo ser ainda mais agravado caso se opte pelo concurso público**<sup>1</sup>.

Assim, a Secretaria Municipal de Educação, **em busca de agilidade, economicidade e eficiência,** conclui que por se tratar de uma atividade-meio, passível de delegação, mostra-se necessária a contratação de empresa para disponibilizar e capacitar Profissionais de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE) destinados aos alunos público-alvo da Educação Especial, assim como para prestarem auxílio às atividades que darão suporte adequado ao trabalho docente nas salas de aulas dos Centros de Educação Infantil (Berçário, Maternal e/ou Pré-Escola), segurança e apoio ao desenvolvimento da rotina escolar.

Portanto, tratando-se a Educação de um serviço essencial, de continuidade sem interrupção, **solicita-se a contratação de empresa para disponibilização de mão de obra qualificada para prestar apoio/auxílio e garantir o direito à inclusão e ao bom andamento das atividades das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino.**

<sup>1</sup> Os profissionais contratados temporariamente não fazem jus a 6 faltas abonadas por ano, 1 folga aniversário por ano, licença médica para tratar de pessoa da família, licença-prêmio e outros direitos específicos do profissional CONCURSADO. Caso tais funções fossem efetivadas via concurso público haveria um contingente ainda maior de ausências, o que levaria à total fragmentação do atendimento aos alunos mais sensíveis (deficiências/Autistas), prejudicando seu atendimento, colocando em risco o funcionamento dos serviços escolares.





### **03 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Dentre as possíveis soluções no mercado, dada a natureza do objeto e sua destinação, a solução apresentada se mostra suficiente para atender satisfatoriamente a demanda, visto que:

A contratação dos serviços se baseia na prestação de serviços continuados, **cuja mão de obra não está plenamente disponível nos quadros permanentes da administração pública municipal** (morosidade nas contratações, alta incidência de desistência dos contratados e ausência de concurso público vigente);

Identificam-se inúmeras empresas que prestam serviços de Profissional de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE) com oferta de capacitação inicial e periódica;

A presente contratação para disponibilização e capacitação de profissional de apoio escolar (PAE-AVD/AE) para os alunos com deficiência se faz necessária e indispensável no dia a dia da rede municipal de ensino, uma vez que contempla serviços fundamentais para o funcionamento de todas as suas atividades, **principalmente pelo fato do número de alunos que necessitam desse apoio estar crescendo ano a ano e, sem o qual, referidas atividades restam inviabilizadas;**

Atualmente, esse cuidado e auxílio nas atividades escolares pelo PAE-AVD/AE – aos cerca de 381 alunos com deficiência, distribuídos nas 30 (trinta) unidades escolares da rede pública municipal de ensino – é realizado, com grande dificuldade, por Auxiliares de Vida Escolar, Estagiários e Professores – ambos contratados via processo seletivo temporário e cuja **rotatividade, alto número de ausências ao trabalho e de desistências vem ocasionando graves riscos ao processo de inclusão escolar;**

O quadro atual tanto do PAE-AVD/AE é **insuficiente para dar conta da demanda atual, de modo que essa ausência tem causado sérios prejuízos para toda a rede** (há enorme dificuldade de contratação, uma vez que após a convocação, poucos manifestam interesse e os que comparecem, muitas vezes, apresentam ausências reiteradas ao trabalho, prejudicando a continuidade e regularidade de atendimento aos alunos e à rotina escolar);

O processo de contratação desses profissionais é extremamente moroso. Necessário haver processo seletivo vigente; os candidatos realizam a prova e, após serem chamados, devem apresentar documentos, realizar exames e agendar perícia médica, **demorando quase 30 dias**, prazo que, **via Concurso Público poderia ser prorrogado até 120 dias**. Além desse longo tempo para a contratação, é alta a incidência de desistências dos candidatos;

Também é importante destacar que, nos últimos anos, a rede pública municipal de ensino vem sofrendo uma acentuada queda no número de matrículas e, por consequência, no repasse de verbas públicas:

---	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Matrículas	10.794	10.706	10.615	10.446	10.090	9.757	9.325
Fundeb (R\$)	---	---	- 406.117,53	-866.936,20	- 2.917.961,12	- 2.834.099,73	- 3.487.000,32
Total			- 10.512.114,90				

**Obs:** Conforme VAAT-min do último quadrimestre anual.

**Fonte:** CNM e Secretaria de Educação de Birigui.



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

Além de afertar o repasse do FUNDEB, outros recursos como da Quota Salário Educação (QSE), recursos próprios, PNAT (alimentação) e transporte estão caindo em decorrência de parte da queda nas matrículas. Para 2026, é esperada uma diminuição de mais 500 matrículas (quase - **5 milhões de FUNDEB**), o que, ao final de 10 anos, pode reduzir pela metade o quadro de alunos e recursos financeiros da rede pública municipal de ensino.

Diante dessa constatação preocupante é que se percebe como não adequado o provimento dos cargos por Concurso Público, dado que os recursos para custeio da folha de pagamento cairão progressivamente nos próximos anos, inviabilizando a sustentação do quadro funcional. Tal cenário aponta para a necessidade da adoção de **estratégias mais flexíveis na Administração Pública**, passíveis de **adição ou supressão na prestação dos serviços**, conforme a volatilidade esperada, **bem como a rescisão em situações mais extremas**. É nesse ponto que a contratação de empresa para execução dos serviços se mostra mais segura, vantajosa, eficiente e economicamente favorável;

Paralelamente, devido ao fato de que a rede municipal de ensino atende os alunos até o 5º ano do Ensino Fundamental (10 anos completos), há um grande fluxo de estudantes com deficiência, **a cada ano, que migra para a rede estadual de ensino, gerando enorme volatilidade e inconstância no total de atendimentos pelo PAE-AVD/AE**, o que, do ponto de vista da economicidade e da eficiência, não coaduna com o provimento do cargo por concurso público, **uma vez que tais profissionais podem ser declarados em disponibilidade posteriormente (excedentes no quadro)**. Ainda, há que se considerar que a admissão via concurso público possibilitará uma série de licenças e afastamentos legais ao profissional (licença-prêmio, faltas abonadas, folga aniversário, faltas justificadas e outras) o que levará a constantes interrupções na prestação do atendimento aos alunos e efeito cascata nos custos (substituições), o que não é adequado nem do ponto de vista da eficiência e da economicidade nem quanto às especificidades exigidas pelas crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais deficiências, visto que tais interrupções/substituições/trocas de servidores pode agravar seu quadro de saúde ou gerar riscos físicos e psicológicos no processo escolar<sup>2</sup>;

Além disso, a contratação dos profissionais ainda prescinde de maiores investimentos em capacitação e, muitas vezes, o perfil do contratado não é o mais adequado. Outrossim, as desistências, trocas constantes e ausências desses profissionais ao trabalho acarretam muitos problemas para a rede e fazem com **que o interesse público envolvido não seja devidamente satisfeito**;

Desta forma, referidas situações, consubstanciadas na ausência de vantagem financeira, morosidade do processo e na alta incidência de desistência e absenteísmo ao trabalho pelos contratados, são os maiores obstáculos encontrados pela Secretaria Municipal de Educação. Importante salientar, também, que dian-

<sup>2</sup> A importância da rotina e da previsibilidade para a aprendizagem de crianças e adolescentes com TEA. (acesso em 03/07/2025). Disponível em:

[https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV185\\_MD4\\_ID7553\\_TB7127\\_20112023111808.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD4_ID7553_TB7127_20112023111808.pdf)

Rotina na Inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil: O que dizem os professores? (acesso em 03/07/2025). Disponível em:

<https://www.ufpe.br/documents/39399/2404730/OLIVEIRA%3B+LIMA+-2016.1.pdf/c3ede42c-9e93-4246-97c3-c7faef3f9cb4>





## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

te da obrigação de cumprir alguns Mandados Judiciais específicos do público-alvo da Educação Especial, não pode o Município correr o risco de, face à morosidade das contratações e desistências dos profissionais, **sujeitar-se a multas por descumprimento de sentenças e nem mesmo lesar os direitos dos alunos;**

Assim, é pública é notória a necessidade de contratar, **com economicidade, rapidez e eficiência**, profissionais para atuarem no apoio aos alunos público-alvo da Educação Especial e no auxílio ao trabalho educativo, na promoção de acolhimento, segurança, transporte e outros momentos da rotina escolar, assegurando o direito à educação e à própria dignidade da pessoa humana;

Diante dessa necessidade, **além de proporcionar a qualidade esperada no atendimento, o Município não pode correr o risco de adiar a contratação em questão**, devendo buscar na lei e nos princípios norteadores da Administração Pública uma forma de solução eficiente e célere que vá ao encontro do interesse público.

Logo, as principais vantagens que levam os municípios à contratação da mão de obra de serviços de Profissional de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE) nas escolas são:

- a) Contratação por período determinado.
- b) Vínculo empregatício: encargos e os direitos trabalhistas previstos na legislação brasileira oneram muito a folha de pagamento, obrigando os municípios a repensar sobre essas possíveis contratações. Esses valores representam uma grande despesa, que pesa consideravelmente no orçamento público. Em linhas gerais, a relação custo-benefício da terceirização é positiva, pois envolve custos menores se comparados com os necessários para a formação de uma equipe interna para realização das mesmas atividades;
- c) Qualificação e capacitação: a empresa contratada fica responsável em estabelecer assegurar o grau de instrução, bem como treinamento adequado dos funcionários para o exercício do cargo. Em geral, as empresas especializadas, investem constantemente em qualificação de suas equipes para manter o diferencial competitivo, oferecendo ainda mais qualidade. Soma-se ainda, a oneração com uniforme e crachá.
- d) Quadro de funcionários: a empresa contratada fica responsável nos casos de impossibilidade do profissional exercer suas atribuições, alocar outro funcionário para o mesmo serviço não ocorrendo prejuízos para o bom funcionamento do serviço público.

No sentido da pertinência e vantagem da realização da contratação é necessário destacar que, atualmente, **tem-se mostrado inviável a contratação de profissionais pela própria Administração Pública Municipal**, tanto no aspecto financeiro quanto na efetividade da prestação dos serviços educacionais.

Financeiramente, a proposta de contratação destaca-se por **gerar economicidade ao Poder Público Municipal**, uma vez que a disponibilização do contingente de 180 (cento e oitenta) profissionais produz os seguintes impactos:



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Soluções	Valor (R\$)
Concurso Público (Quadro Efetivo)	R\$ 9.714.050,76 (¹)
Terceirização dos Serviços	R\$ 9.423.999,72 (²)
<b>VANTAGEM MÍNIMA</b> (antes dos lances):	<b>R\$ 290.051,04</b>

**Fonte 1:** Departamento de Gestão de Pessoas (DGP/Birigui, 2025).

**Fonte 2:** Valor total estimado resultante da coleta dos orçamentos em múltiplas fontes de pesquisa (jul., 2025).

Conclui-se, portanto, que a melhor solução para a prestação do serviço é através da contratação de empresa para disponibilização e capacitação desses profissionais de apoio escolar, para atendimento, a um só tempo, das necessidades das crianças e das orientações dos Órgãos da Justiça e do Ministério Público, sem correr-se o risco de suspensão do atendimento praticado, dada a sua relevância pública indiscutível.

### **04 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Fica vedada a participação de Associações sem fins lucrativos e Cooperativas de Trabalho, nos termos das decisões do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Processos TC-004884.989.17, TC-011994.989.19, TC-012039.989.19 e TC-9498.989.21).

Para a adequada solução das necessidades administrativas pontuadas preliminarmente, a contratação pretendida deverá atender os seguintes requisitos mínimos:

Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação;

Os empregados deverão ser pertencentes ao quadro de pessoal da empresa a ser contratada, que deverá selecionar e preparar rigorosamente os empregados para prestar os serviços, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Dado todo o exposto, a empresa prestadora dos serviços, objeto do presente estudo, deverá atender aos seguintes requisitos:

### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

A proponente deverá apresentar atestado(s) ou certidão(ões) de bom desempenho anterior em contrato de natureza compatível com o objeto da licitação, devendo **comprovar a prestação de serviço que tenha contado com, no mínimo, 80 postos de trabalho**, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

ou privado, que especifique(m) em seu objeto, necessariamente, os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades, prazo contratual, datas de início e término, e local da prestação dos serviços.

Também serão aceitos atestados ou certidões em que constem nomenclaturas diferentes de **profissional de apoio escolar** como cuidador, agente de inclusão, auxiliar escolar, acompanhante escolar, entre outros.

O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome, o cargo do signatário e telefone para contato.

Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo supramencionado, **a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados.**

O Atestado de Capacidade não poderá ser substituído por nota fiscal de fornecimento, sendo aceita apenas como complemento do atestado apresentado.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

### **DA VISITA TÉCNICA:**

A **Visita Técnica** para conhecimento das unidades escolares públicas municipais é **facultativa**, conforme entendimentos jurisprudenciais.

Assim, a **Visita Técnica, conforme ANEXO I**, tem como objetivo verificar as condições locais, permitindo aos interessados colherem as informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, **não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.**

A **Visita Técnica** deverá ser previamente agendada através do telefone: (18) 3643-6029, formalizando o agendamento através do e-mail: **educacao@birigui.sp.gov.br**, com antecedência mínima de **02 (dois) dias úteis** da data agendada para o recebimento da documentação de Propostas de Preços e Habilitação, onde será lavrado um atestado de visita técnica pelo **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**. Uma cópia deste atestado deverá ser anexada junto aos documentos de Habilitação.

A **Visita Técnica** deverá ser efetuada em até 01 (um) dia útil anterior a data de abertura do certame a ser realizada por representante da licitante.

As dúvidas que porventura surgirem com relação à visita técnica deverão ser apresentadas por escrito, endereçadas à Secretaria Municipal de Educação do **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**, devidamente protocoladas no Setor de Protocolo, situado nesta cidade de Birigui/SP, na Rua Anhanguera, 1.155 – Jardim Morumbi, até **02 (dois) dias úteis** anteriores a data da abertura da sessão pública.



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

**CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO:** Comprovante de visita efetuada nas unidades escolares (“Atestado de Visita Técnica”, conforme o modelo constante do **Anexo II**), através da apresentação do atestado de visita técnica emitido pelo MUNICÍPIO DE BIRIGUI ou **Declaração formal de que a empresa detém conhecimento de todos os serviços e ambientes descritos no Termo de Referência, concordando assim com os termos do Edital e seus Anexos.**

### **DA EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (ÍNDICES ECONÔMICOS):**

A comprovação da boa situação financeira da licitante será verificada para assegurar o integral cumprimento do contrato, através dos índices ILG (Índice de Liquidez Geral), ILC (Índice de Liquidez Corrente) e ISG (Índice de Solvência Geral), usualmente praticados no mercado, os quais deverão ser calculados e apresentados pela licitante, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

#### **ILG – Índice de Liquidez Geral**

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

#### **ILC – Índice de Liquidez Corrente**

Ativo Circulante  
Passivo Circulante

#### **ISG – Índice de Solvência Geral**

Ativo Total  
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Justifica-se a exigência de habilitação econômico-financeira com amparo no art. 69, parágrafo 1º, da Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações, além de oferecer segurança quanto à execução contratual, uma vez que fica demonstrada a “saúde financeira” da futura contratada, permitindo ao Contratante verificar a necessária correlação entre o “tamanho” da licitação e a capacidade de execução contratual. Ademais, trata-se de serviço inadmissível de interrupção, haja vista, a necessidade diária de atendimento aos alunos público-alvo da Educação Especial com comprovada necessidade de profissional de apoio.

**CAPITAL SOCIAL EXIGIDO:** O Capital mínimo ou o Patrimônio Líquido Mínimo da licitante deverá ser de **5% (cinco por cento)** do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita na data da apresentação da proposta, na forma de lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais (conforme Art. 69, § 4º, da Lei Federal nº. 14.133/2021).

Demais exigências relativas da adequada situação financeira da licitação poderão constar do Edital do certame.

**GARANTIA DE PROPOSTA (art. 58 da Nova Lei de Licitações nº. 14.133/21 e Súmula nº. 37 do TCE/SP):**



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

Deverá ser exigida garantia para participar da licitação, equivalente a **1%** (hum por cento) do valor estimado para contratação ou do lote que a licitante participar.

A empresa que vier a participar do certame, ao cadastrar sua proposta, deverá anexar em campo próprio do sistema eletrônico BLL o comprovante da garantia de participação (apólice, carta fiança ou comprovante de depósito/transferência bancária), sob pena de desclassificação da sua oferta.

A referida garantia deverá ser efetuada previamente à data de realização do certame em uma das modalidades previstas no artigo 96, §1º da Lei 14.133/2021.

Para caução em dinheiro, deverá ser efetuado depósito/transferência em conta corrente a favor do **Município de Birigui/SP**.

Após a rodada de lances, o agente de contratação irá conferir se o documento anexado como comprovante de garantia atende os requisitos previsto em Lei. Em caso de conformidade, o agente de contratação iniciará a fase de habilitação, salvo se previsto no Edital e termo de referência procedimentos acessórios para aceitabilidade da proposta, tais como: análise de amostras, laudos etc.

Caso a garantia não seja apresentada em conformidade com o art. 96, §1º da Lei 14.133/2021 ou se invalidada/cancelada, o licitante será desclassificado, sem prejuízo dos procedimentos sancionatórios previstos na Lei em sentido amplo e Edital.

### **05 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1. ESCOPO DOS SERVIÇOS**

Os serviços de apoio ao aluno com deficiência (PAE-AVD/AE) nas escolas públicas da rede municipal de ensino de Birigui deverão ser prestados de **segunda a sexta-feira**, nos dias e horários determinados pela Secretaria de Educação, à vista do cumprimento do calendário escolar, nos períodos da manhã, tarde e integral, atendendo as especificidades de cada aluno (se for público-alvo da Educação Especial) e da rotina administrativo-pedagógica das unidades escolares.

Quando o PAE-AVD/AE estiver responsável pelas ações próprias da Educação Especial, prestando auxílio aos alunos em suas deficiências, será respeitado o limite de, no máximo, **04 (quatro) alunos por profissional de apoio, em cada turno do dia escolar**. A disponibilização de profissional de apoio prevista decorrerá de avaliação da Secretaria Municipal de Educação de Birigui, a quem compete, de acordo com a legislação vigente, aferir a existência de comprovada necessidade de acordo com as condições do aluno, do contexto escolar e da sala de aula e de seus laudos médicos e respectivos exames, a forma de suporte a ser ofertado.

#### **5.2. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, DO FORNECIMENTO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS E SUAS ATRIBUIÇÕES:**



### **5.2.1. Da Supervisão dos Serviços pela Empresa Contratada**

Os serviços de Supervisão deverão ser desenvolvidos por 01 (um) profissional com idade acima de 18 anos, com responsabilidade técnica, **experiência na área da Educação e formação superior em Pedagogia**, cujas funções abrangem o desenvolvimento de todas as atividades técnico-administrativas, inerentes aos serviços.

O Supervisor deverá conhecer o trabalho educativo realizado na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação Especial, adotando ações que atendam às necessidades e técnicas voltadas para esse público e deverá apresentar:

**Habilidades técnicas:** conhecimentos teóricos e práticos, para gerir a prestação dos serviços contratados ao aluno.

**Qualidades éticas e morais:** atributos para propiciar relação de confiança, dignidade, respeito e ser capaz de assumir responsabilidade com iniciativa.

**Qualidades físicas e intelectuais:** possuir boa saúde física e mental e serem capazes de avaliar e administrar situações que envolvem ações e tomada de decisões para a garantia da prestação eficiente e rápida dos serviços.

**Qualidades emocionais:** possuir domínio e equilíbrio emocional e facilidade de relacionamento humano.

São atribuições do **SUPERVISOR**:

- Acompanhar o processo de seleção do pessoal contratado para a função de Profissional de Apoio Escolar, tendo em vista o diagnóstico do perfil dos alunos com deficiência e as demandas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial, conforme informado pela Secretaria de Educação;
- Elaborar plano e cronograma de supervisão, orientação e acompanhamento da execução dos serviços;
- Realizar o controle das atividades, troca de informações, comunicados aos responsáveis da Secretaria de Educação e da unidade escolar sobre os alunos e encaminhamentos, utilizando-se dos instrumentais definidos para a sua execução;
- Definir formas de controle das atividades, troca de informações, comunicados com profissionais sob sua responsabilidade, gestores da Secretaria de Educação e da unidade escolar, esclarecendo dúvidas quanto à implementação e execução dos serviços;
- Exercer a fiscalização dos serviços executados nas unidades escolares, atendendo às solicitações da Secretaria de Educação para a melhoria dos serviços;
- Organizar uma **CAPACITAÇÃO INICIAL** (antes do exercício do trabalho nas escolas – com emissão do correspondente certificado) e, posteriormente, mais 03 (três) encontros durante o ano letivo, com a emissão de certificação aos profissionais de acordo com os prazos, carga horária e temas previstos no item 5.8.1, com o objetivo de qualificar a execução dos serviços prestados;
- Participar das reuniões escolares, quando solicitado, com os profissionais da equipe escolar, para orientar, informar e discutir os serviços executados e os atendimentos efetuados, quando solicitado pelo diretor da UE;
- Manter controle dos profissionais encaminhados a cada unidade escolar, turma, período e aluno(s) por quem estarão responsáveis, expedindo relatório atualizado para conferência da Secretaria de Educação, quando solicitado;





## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

- Orientar o Diretor da unidade escolar para acompanhar e avaliar toda a execução dos serviços prestados e expedir os relatórios necessários com vistas à liberação de recursos financeiros mensais;
- Orientar a unidade escolar quanto aos procedimentos para substituição do profissional contratado quando detectada insuficiência no exercício de suas funções;
- Providenciar a alocação, substituição ou novas contratações de profissional nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, de forma a atender plenamente e rapidamente as requisições da Secretaria de Educação;
- Atender às orientações gerais emitidas pela Secretaria de Educação com vistas ao aperfeiçoamento da prestação dos serviços.

### **5.2.2. Da Disponibilização dos Profissionais de Apoio Escolar pela Empresa Contratada**

Os serviços de Profissional de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE) deverão ser desempenhados por pessoas com idade acima de 18 anos, com, no mínimo, Ensino Médio Completo, conforme este Termo de Referência, e curso inicial de capacitação promovido pela CONTRATADA, além de serem possuidoras de responsabilidade, equilíbrio emocional, discrição, boas maneiras no trato, afinidade e habilidade para o desempenho da ocupação, preferencialmente com experiência anterior.

O PAE-AVD/AE auxiliará na promoção da permanência do educando na escola, prestando apoio em suas necessidades básicas de locomoção, alimentação, higiene e organização de pertences, de modo que as unidades escolares possuam maior garantia de segurança nos portões de entrada e saída, no acompanhamento dos alunos ao banheiro, bebedouros e outras dependências da unidade. Também prestará suporte de caráter instrumental aos docentes em sala de aula, restrito ao cuidado e acompanhamento dos alunos, sem assumir funções pedagógicas. O PAE-AVD/AE auxiliará, ainda, na garantia de segurança e bem-estar dos estudantes durante os trajetos no transporte escolar municipal, bem como no apoio ao embarque e desembarque de alunos, especialmente daqueles com deficiência ou mobilidade reduzida.

Em suma, os Profissionais de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE) deverão apresentar:

**Habilidades técnicas:** capacitação inicial e posteriores, conforme este Termo de Referência;

**Competências pessoais:** demonstrar preparo físico e emocional para as relações interpessoais que forem necessárias no âmbito escolar.

Compete aos **PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR (PAE-AVD/AE)**:

I. Nas atividades auxiliares / instrumentais e acessórias (auxílio aos alunos em geral, apoio aos alunos público-alvo da Educação Especial e na rotina escolar):

- Auxiliar na recepção e saída dos alunos, prestando apoio no transporte de materiais e objetos pessoais e acompanhando-os nos deslocamentos internos da escola.
- Apoiar o acesso e a locomoção dos alunos em todos os ambientes da unidade escolar, realizando, quando necessário, procedimentos de auxílio em alimentação, higiene, troca de vestuário, fraldas e banho, sempre sob orientação da direção ou da equipe responsável.



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

- Acompanhar os alunos durante os intervalos, refeições, recreações e deslocamentos, auxiliando-os na organização, higiene e retorno às salas de aula.
- Utilizar materiais de proteção individual descartáveis (como luvas) para procedimentos de higiene, realizando o descarte adequado após o uso.
- Manter limpos e organizados os utensílios e equipamentos utilizados pelos alunos em atividades de alimentação e higiene.
- Prestar auxílio em manobras de locomoção, transferência e deslocamento de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sempre seguindo orientações técnicas recebidas.
- Apoiar os alunos nas atividades escolares externas à sala de aula, dentro dos limites da unidade, auxiliando em sua movimentação e segurança.
- Seguir orientações específicas da equipe escolar quanto a alimentação, trocas e cuidados pessoais dos alunos.
- Auxiliar na identificação e organização de pertences pessoais dos alunos, garantindo sua correta guarda.
- Atentar-se para prevenir acidentes, comunicando à direção ou responsável situações de risco.
- Relatar aos responsáveis pela unidade escolar, informações relevantes sobre o aluno, recebidas de pais ou responsáveis, bem como ocorrências observadas durante sua permanência.
- Apoiar o professor e a equipe escolar no acompanhamento dos alunos, sem assumir funções de ensino, planejamento ou avaliação.
- Auxiliar na adaptação do espaço físico e em situações de acessibilidade, sempre sob orientação da equipe escolar.
- Colaborar para a segurança e integração dos alunos em atividades recreativas, culturais e sociais desenvolvidas no ambiente escolar.
- Acompanhar alunos até o portão ou transporte escolar, entregando-os ao responsável designado, conforme determinação da escola.
- Registrar e comunicar ao responsável da unidade escolar e ao supervisor da empresa contratada quaisquer ocorrências excepcionais relacionadas ao aluno.
- Cumprir a jornada de trabalho, mantendo uniforme e identificação visíveis.
- Participar de treinamentos e capacitações oferecidos pela contratada ou demandados pela Secretaria de Educação, quando previstos no contrato.
- Observar e relatar à direção, alterações físicas, comportamentais ou situações que possam exigir encaminhamentos externos (como socorro médico).
- Executar outras tarefas de natureza semelhante e correlata, sempre relacionadas ao apoio, cuidado e acompanhamento dos alunos, mediante determinação do responsável da unidade escolar.

### **II. Adicionalmente, para os PAE-AVD/AE com adicional de acúmulo de função de monitor de transporte escolar, executar as seguintes atribuições auxiliares / instrumentais e acessórias:**

- Garantir que, durante o transporte escolar, todas as crianças estejam identificadas e aptas para acesso ao veículo;



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

- Garantir que cada criança esteja segura, utilizando cinto de segurança;
- Assegurar que nenhuma criança seja deixada desacompanhada em qualquer momento durante a viagem;
- Acompanhar o embarque e desembarque individual de cada aluno, levar e trazer os alunos da escola em segurança e de forma pontual;
- Levar e trazer de forma exclusiva os alunos com necessidades especiais respeitando as peculiaridades e necessidades de cada criança ou adolescente, olhar, observar e monitorar os alunos dentro das unidades escolares de acordo com as orientações do Gestor Escolar;
- Desempenhar outras atribuições correlatas à sua área de competência.

### **5.2.3 Da Substituição, Realocação,/Deslocamento e Novas Contratações para Profissional de Apoio**

Nos casos em que seja constatada a necessidade de substituição do profissional em decorrência do não cumprimento dos objetivos contratuais, faltas reiteradas ou desligamento do funcionário, a contratada deverá realizar a reposição do profissional **em até 72 (setenta e duas) horas** e, em caso de novas matrículas e/ou aditivo contratual, o fornecimento do profissional deverá acontecer **em até 05 (cinco) dias úteis**.

Poderá haver realocação e/ou deslocamento do profissional para atendimento a outra(s) criança(s) e a outra(s) escola(s) da rede pública municipal de ensino de Birigui, conforme determinado pela Secretaria de Educação.

A transferência de alunos e/ou profissionais entre unidades escolares jurisdicionadas a esta rede municipal de ensino não ensejarão rescisão contratual ou alteração de preços.

### **5.3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**5.3.1. A CONTRATADA deverá dispor mão de obra exclusiva e incumbir-se das etapas de capacitação inicial e seguintes, em quantidades suficientes e necessárias para a perfeita execução dos serviços.**

Além disso, obriga-se a cumprir as determinações constantes na minuta do Termo de Contrato, bem como:

5.3.1.1. Mão de obra capacitada alocada para a prestação de serviços;

5.3.1.2. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando aqueles com nível de instrução compatível e funções profissionais registradas devidamente em suas carteiras de trabalho;

5.3.1.3. Alocar os funcionários que irão desenvolver os serviços contratados somente após efetivo treinamento, com avaliação do conteúdo programático. Entre as orientações a serem dadas, destacam-se: o comportamento e disciplina compatíveis com um estabelecimento de ensino, de modo que o funcionário não demonstre posturas incorretas e vícios que possam comprometer a educação dos alunos, seguindo as normas e os deveres, as rotinas de trabalho a serem executadas, etc.;

5.3.1.4. Implantar, de forma adequada, e em conformidade com as Especificações Técnicas dos Serviços, a planificação, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades regidas pela Secretaria Municipal de Educação e respeitando suas normas de conduta.



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

5.3.1.5. Apresentar, ao CONTRATANTE, no início dos trabalhos, relação dos funcionários que atuarão atendendo ao objeto contratado. Esta relação será refeita e reapresentada toda vez que houver alteração no quadro de funcionários da CONTRATADA; bem como apresentar o empregado junto ao Diretor de cada unidade.

5.3.1.6. A CONTRATADA deve comunicar, com prazo de 30 dias de antecedência, a ausência do funcionário em caso de licenças e/ou férias emitindo comunicado individual as unidades atendidas e cronograma completo a CONTRATANTE;

5.3.1.7. A CONTRATADA deverá organizar o cronograma de férias respeitando o calendário escolar para não deixar as unidades sem atendimento adequado;

5.3.1.8. O período de férias deverá ser calculado e programado dentro do período da 2ª quinzena de Dezembro até o dia 31 de janeiro para não prejudicar a tarefa.

5.3.1.9. A CONTRATADA deverá manter, de acordo com o estabelecido no presente Termo de Referência, no mínimo, 01 (um) Supervisor.

5.3.1.10. Indicar o responsável, devidamente habilitado e capacitado para supervisionar e garantir a execução dos serviços dentro das normas de boa prática e qualidade requerida, ministrar treinamentos e realizar outras atribuições previstas para a função;

5.3.1.11. Exercer a fiscalização e orientação técnica dos atendimentos desempenhados pelos profissionais de apoio, comparecendo em cada uma das unidades de ensino sob sua supervisão, no mínimo, 1 vez por mês, ou quando, excepcionalmente, haja necessidade de orientação ao profissional, ou solicitação da unidade escolar;

5.3.1.12. Apresentar relatórios mensais à contratada, referentes às visitas realizadas nas unidades escolares, contendo o registro das orientações, observações e situações ocorridas;

5.3.1.13. Ter critérios a utilização do patrimônio público, a fim de evitar desperdícios e avarias;

5.3.1.14. Manter profissionais uniformizados, identificando-os mediante crachás com fotografia recente;

5.3.1.15. Estar ciente das orientações do CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tal como prevenção de incêndio nas áreas do CONTRATANTE, instruindo todos os empregados sobre todas as normas;

5.3.1.16. Manter a disciplina entre os seus funcionários e exercer o controle no que se refere à assiduidade e à pontualidade de seus empregados;

5.3.1.17. Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou em quaisquer outras instalações do CONTRATANTE;

5.3.1.18. Atender de imediato às solicitações do CONTRATANTE quanto às substituições, realocação/deslocamentos e novas contratações de empregados, dentro dos prazos previstos no Termo de Referência e conforme requisitado pela Secretaria de Educação;

5.3.1.19. Manter o controle de vacinação dos funcionários diretamente envolvidos na execução dos serviços, nos termos da legislação vigente;

5.3.1.20. Observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional;



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

- 5.3.1.21. A CONTRATADA deve estar alinhada com a Resolução do Comitê Diretivo n.º 2, de 30 de agosto de 2016, atualizada pela Resolução CD n.º 03, de 29 de novembro de 2017, a qual determinou o CRONOGRAMA 1 de implantação progressiva do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial.
- 5.3.1.22. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito, por meio de seu encarregado;
- 5.3.1.23. Fornecer, obrigatoriamente, vale refeição/alimentação aos empregados envolvidos na prestação dos serviços;
- 5.3.1.24. Apresentar, quando solicitado, os comprovantes de fornecimento de benefícios e encargos;
- 5.3.1.25. Preservar e manter o CONTRATANTE à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza referentes aos serviços, responsabilizando-se expressamente pelos encargos trabalhistas e previdenciários.
- 5.3.1.26. Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE quanto a qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;
- 5.3.2.27. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações de seus serviços, resolvendo-as no menor tempo possível;
- 5.3.2.28. Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços, por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus ao CONTRATANTE, **para que não haja interrupção dos serviços prestados**;
- 5.3.2.29. Permitir e colaborar com a fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE que, mensalmente, emitirá relatório sobre a qualidade dos serviços prestados, indicando os cálculos para obtenção dos valores a serem faturados.
- 5.3.1.30. Fornecer aos empregado uniformes e crachás que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- 5.3.1.31. Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho;
- 5.3.1.32. Fiscalizar e exigir de seus funcionários o uso dos uniformes e crachás;
- 5.3.1.33. Possibilitar a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;
- 5.3.1.34. Manter sua regularidade fiscal e trabalhista durante toda a vigência do contrato, encaminhando mensalmente sua documentação para o Fiscal do Contrato;
- 5.3.1.35. Ter ciência do processo de avaliação da qualidade dos serviços prestados, descrito no Termo de Referência, a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados;
- 5.3.1.36. Estar ciente de que, por possuir natureza continuada, o serviço influencia diretamente na boa execução das atividades educacionais, **necessitando de mão de obra exclusiva para sua execução**, com disponibilidade para prestação do serviço no período estabelecido no Termo de Referência, de forma a atender plenamente as necessidades das unidades escolares.
- 5.3.1.37. Estar ciente de que, na possibilidade de serviços não serem os executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



5.3.1.38. Em caso de irregularidade não sanada pela contratada, a contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

#### **5.4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

5.4.1. Além das obrigações contratualmente assumidas, o CONTRATANTE obriga-se a:

5.4.2. Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados, emitindo, mensalmente, relatório sobre a qualidade dos serviços prestados;

5.4.3. Indicar e disponibilizar as instalações necessárias à execução dos serviços;

5.4.4. Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação;

5.4.5. Efetuar o controle de qualidade dos serviços prestados, mediante formulários de avaliação destinados para esse fim;

5.4.6. Facilitar, por todos seus meios, o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhe acesso às suas instalações;

5.4.7. Cumprir as obrigações estabelecidas no contrato;

5.4.8. Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela CONTRATADA e que digam respeito à natureza dos serviços que tenha de executar;

5.4.9. Exigir, os comprovantes de pagamento dos salários, apólices de seguro contra acidentes de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que prestam ou tenham prestado serviço ao contratante, por força do contrato.

5.4.10. Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas aplicando-se os devidos fatores de desconto, conforme relatório de avaliação da qualidade dos serviços prestados.

#### **5.5. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO GESTOR DE CONTRATO**

5.5.1. Acompanhar e controlar a execução do contrato firmado;

5.5.2. Analisar o relatório mensal da Contratada e do Diretor de cada unidade escolar, que atua como fiscal, para averiguação da prestação de serviço e demais providências quanto aos pagamentos a serem efetuados;

5.5.3. Comunicar à Contratada, para as providências cabíveis, quaisquer situações que se caracterizem como descumprimento de suas obrigações;

5.5.4. Receber da Contratada e do cogestor da unidade escolar as comunicações de ocorrências excepcionais à rotina dos atendimentos;

5.5.5. Requisitar à Contratada, quando solicitado pelos pais ou responsáveis do aluno, informações sobre o atendimento prestado ao aluno;

5.5.6. Estabelecer fluxo de comunicação com o fiscal, o Supervisor da contratada, para o acompanhamento da execução dos serviços;

5.5.7. Solicitar à empresa contratada a imediata substituição dos profissionais que descumpram a execução dos serviços.





## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

### 5.6. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO DIRETOR DA UNIDADE ESCOLAR

5.6.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços na unidade escolar como fiscal;

5.6.2. Apresentar relatório mensal ao Gestor de Contrato, atestando a prestação dos serviços com a quantidade de profissionais e alunos, informando eventuais ocorrências verificadas (faltas, atrasos ou outros descumprimentos no exercício das funções).

### 5.7. PROPOSTA COMERCIAL

5.7.1. Na proposta deverá constar, obrigatoriamente:

a) Proposta financeira contendo planilha dos serviços, preços unitários e total da proposta. Os valores devem ser expressos em reais, com duas casas decimais;

b) Demonstração da composição de custos.

b1) Deverão ser consideradas nas composições dos serviços e respectivos preços unitários de todos os custos, inclusive o detalhamento quanto a: salário-base vigente, encargos, provisões, adicionais e periculosidade, benefícios, participações no lucro, uniformes e crachá, conforme consta, também, do **ANEXO III**.

#### 5.7.1.1. Quanto ao UNIFORME:

5.7.1.2. A Contratada deverá disponibilizar o uniforme ao empregado no início da execução do contrato, e garantir a substituição sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

5.7.1.3. O uniforme deverá ser composto minimamente por **2 (duas) camisetas manga longa ou curta, crachá de identificação do prestador de serviço**, que deverá conter seu nome completo, foto atualizada, cargo, nome ou logo da empresa contratada;

5.7.1.4. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, e deverão ser substituídos sempre que estiverem apertados;

5.7.1.5. A Contratada deve fornecer equipamentos de proteção individual sempre que necessário ou em caso de determinação das autoridades sanitárias.

### 5.8. DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS:

5.8.1. Para fins de proposta e consequente contratação, a quantidade total que deverá ser levada em conta é a estimativa de **até 180 profissionais**, sendo:

Cargo	Atuação *	Qtde Estimada **	Requisitos	Jornada Semanal	Jornada Diária	Unidade de Medida	Valor Unitário	Total
Profissional de Apoio Escolar (PAE)	Atividades da Vida Diária e Atividades Escolares (AVD/AE) para alunos público-alvo da Educação Especial, assim como em todas as atividades internas da escola	171	Ensino Médio Completo e Capacitação Inicial de 40 horas fornecida pela Contratada sobre: 1) Inclusão Escolar e o papel do PAE-AVD/AE; 2) Primeiros	44 horas semanais	8h48	Posto		



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

	(acolhimento aos alunos, apoio ao docente em sala de aula, acompanhamento dos alunos nos diferentes espaços visando sua segurança, entre outras)		Socorros; 3) O trabalho em escola de Educação Infantil; 4) O trabalho em escola de Ensino Fundamental; 5) Conduta Ético-Profissional na escola.					
Profissional de Apoio Escolar (PAE) com adicional de acúmulo de função de Monitor de Transporte Escolar	Atividades da Vida Diária e Atividades Escolares (AVD/AE) para alunos público-alvo da Educação Especial, assim como em todas as atividades internas da escola (acolhimento aos alunos, apoio ao docente em sala de aula, acompanhamento dos alunos nos diferentes espaços visando sua segurança, entre outras) e monitoramento e auxílio aos alunos do transporte escolar	08	Ensino Médio Completo e Capacitação Inicial de 40 horas fornecida pela Contratada sobre: 1) Inclusão Escolar e o papel do PAE-AVD/AE; 2) Primeiros Socorros; 3) O trabalho em escola de Educação Infantil; 4) O trabalho em escola de Ensino Fundamental; 5) Conduta Ético-Profissional na escola.					
Supervisor	Acompanhamento, gerenciamento e supervisão geral dos serviços para atendimento pleno às demandas	01	Ensino Superior Completo em Pedagogia	44 horas semanais	8h48	Posto		
Valor total máximo mensal								
Valor total máximo da contratação 12 meses								

\* O Profissional de Apoio poderá atuar tanto nas Atividades de Vida Diária (AVD) como nas Atividades Escolares (AE), conforme requisitado pela Secretaria de Educação.

**\*\* A disponibilização dos profissionais pela empresa contratada ocorrerá de forma progressiva, conforme forem sendo encerrados os atuais contratos temporários com a Prefeitura Municipal de Birigui e for ocorrendo demanda, sendo que a remuneração pelos serviços prestados dar-se-á de forma proporcional até a estimativa máxima total do contrato. Dessa forma, ainda que sejam expedidas ordens de serviços parciais até o alcance da totalidade de profissionais estimado na contratação, o prazo de vigência a que estarão sujeitas é o da data-início e data-fim do Contrato firmado com a proponente ganhadora do certame e não das ordens de serviço individualmente.**

Para o ano letivo de 2025, considerando a previsão do término de contrato dos Auxiliares de Vida Escolar Temporários até 31/10/2025, ficam previstos os seguintes quantitativos de profissionais de apoio escolar / supervisor:



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Cargo	Qtde Inicial 2025	Unidade de Medida
Profissional de Apoio Escolar (PAE)	04	Posto
Profissional de Apoio Escolar (PAE) com adicional de acúmulo de função de Monitor de Transporte Escolar	31	Posto
Supervisor	01	Posto

5.8.2. A remuneração **mínima** para os profissionais, respeitadas as Convenções Coletivas de Trabalho (se houver) não poderá estar abaixo dos seguintes valores \*:

a) PAE -AVD/AE: R\$ 1.700,00;

b) Supervisor: R\$ 5.000,00.

**\* Não havendo Convenção Coletiva vigente para os postos contratados, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos salários brutos básicos sejam inferiores aos valores informados acima.**

A carga horária dos profissionais será de 44 horas semanais, distribuídas de segunda a sexta-feira, no período de trabalho compreendido entre 6h30 e 18h30, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

Em razão das múltiplas turmas, especificidades dos alunos, escolas e locais em que o Profissional de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE) atuará, **não se recomenda prever adicional de insalubridade na composição dos custos, exceto se houver determinação expressa em CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO (CCT) aplicável ao município de Birigui.** No caso de, após a assinatura do contrato, em razão de circunstância fática e legal, tal adicional for declarado devido, a CONTRATADA e a CONTRATANTE analisarão posteriormente a exigência, segundo os motivos geradores..

### **06 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

#### **6.1. FISCALIZAÇÃO/ CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1.1 Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao CONTRATANTE é reservado o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

6.1.2. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

6.1.3. Solicitar aos supervisores/encarregados da CONTRATADA o reparo/correção de eventual imperfeição na execução dos serviços;

6.1.4. Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados da CONTRATADA, para comprovar o registro de função profissional;



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

- 6.1.5. Executar mensalmente a medição dos serviços efetivamente prestados, descontando-se o equivalente aos não realizados bem como aqueles não aprovados por inconformidade aos padrões estabelecidos, desde que por motivos imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções disciplinadas em contrato;
- 6.1.6. Utilizar-se do Procedimento de Avaliação da Qualidade, de pleno conhecimento das partes, para o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos, medição dos níveis de qualidade e correção de rumos;
- 6.1.7. Encaminhar à Contratada o Relatório Mensal de Qualidade dos Serviços, para conhecimento da avaliação e do fator de desconto a ser efetuado no valor a ser faturado pelos serviços prestados;
- 6.1.8. Será adotado, para a avaliação dos serviços prestados, contendo a descrição dos critérios e pontuações a serem empregadas na gestão contratual. Os resultados do controle da qualidade dos serviços prestados indicarão os cálculos para obtenção dos valores a serem faturados.
- 6.1.9. O contratante adotará como critérios, os parâmetros de avaliação e os conceitos de pontuação abaixo discriminados e deverão estar devidamente previstos no Edital, tanto na parte relativa à fiscalização/ controle da execução dos serviços, integrante das especificações técnicas, como na cláusula de medição dos serviços constantes da Minuta do Termo de Contrato.
- 6.1.10. A adoção desses critérios assegurará o Contratante os instrumentos para avaliação e o controle efetivo da qualidade da prestação dos serviços.

### **6.2. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.2.1. A avaliação da Contratada na prestação de serviços se faz por meio de análise dos seguintes aspectos:

- a) Desempenho profissional (de acordo com os requisitos exigidos pelo contrato);
- b) Gerenciamento da execução do contrato;

6.2.2. Caberá ao Contratante designar fiscal para o acompanhamento das atividades a serem executadas, emitindo avaliação da prestação dos serviços, a partir de pontuação em conceitos de **Ótimo, Bom, Regular e Ruim** em cada um dos itens vistoriados, conforme abaixo descrito:

<b>ITEM A - Desempenho profissional</b>	<b>ÓTIMO</b>	<b>BOM</b>	<b>REGULAR</b>	<b>RUIM</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>
A1. Cumprem integralmente os horários e frequências de trabalho estabelecidos em contrato e seus Adendos					
A2. Demonstram conhecimento e aptidão para o desempenho de suas atividades.					
A3. Apresentam conduta adequada com funcionários e professores da escola.					
A4. Preenchem adequadamente a Ficha de Rotina Semanal.					
A5. Demonstram afetividade, pró atividade e capacidade de promover a inclusão dos estudantes sob seus cuidados.					



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

ITEM B - GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO SE APLICA
B1. Cumpre as atividades definidas nas especificações técnicas dos serviços e no contrato.					
B2. Os profissionais da empresa portam crachás de identificação e utilizam uniformes adequados às tarefas que executam.					
B3. Efetua a reposição da mão de obra nos postos de imediato em eventual ausência do Profissional para Apoio.					
B4. A execução de supervisão por parte da Contratada ocorre na periodicidade acordada.					
B5. A empresa atende às solicitações do Contratante conforme condições estabelecidas no contrato.					
B6. Há a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da Contratada, segundo o contrato.					

A classificação deve seguir o seguinte parâmetro:

**a) ÓTIMO** – Quando não houve desalinhamento com as exigências previstas, bem como se tiveram problemas e/ou relatos de ocorrências (vinculadas à execução contratual e que não sejam graves) referentes a no máximo 2 dias durante o mês;

**b) BOM** - Quando não houve ou, baixo, desalinhamento com as exigências previstas, bem como se tiveram problemas e/ou relatos de ocorrências (vinculadas à execução contratual e que não sejam graves) referentes a no máximo 5 dias durante o mês;

**c) REGULAR** – Quando houve desalinhamento com as exigências previstas, problemas e/ou relatos de ocorrências (vinculadas à execução contratual) durante um período entre 6 à 10 dias durante o mês;

**d) RUIM** – Quando houve desalinhamento com as exigências previstas, problemas e/ou relatos de ocorrências (vinculadas à execução contratual) em mais de 10 dias durante o mês.

### 6.3. PERCENTUAIS DE LIBERAÇÃO DAS FATURAS

Consiste no consolidado das avaliações emitidas pelas Unidades Escolares feita pelo fiscal técnico da Secretaria de Educação. Para cada Quadro de Avaliação, deve ser composto o cálculo dos pontos obtidos da seguinte forma:

**a)** Cabe a cada Unidade Escolar, por meio da equipe responsável pela fiscalização do contrato, com base na relação de itens a serem avaliados pelo Relatório de mediação dos serviços, efetuar o acompanhamento diário do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da Contratada.



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

b) No final do mês de apuração, a equipe responsável pela fiscalização do contrato deve encaminhar, em até 5 (cinco) dias após o fechamento das medições, os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados no período para o Fiscal Técnico, com posterior encaminhamento ao gestor do contrato, acompanhados das justificativas para os itens que receberam conceitos “Bom”, “Regular” ou “Ruim”.

### RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Unidade Escolar: _____		Mês/Ano: _____
Diretor (cogestor responsável pela avaliação): _____		
Empresa Contratada: _____		
Nome do Profissional de Apoio	Nome do Aluno Acompanhado	

#### Quantidade de Itens Vistoriados = X

Quantidade de itens vistoriados	Quant. (“a”)	Equivalência (“b”)	Pontos obtidos Y = “a” x “b”
Conceito ótimo =		x100	
Conceito bom =		x80	
Conceito regular =		x50	
Conceito ruim =		x30	
TOTAL			

A nota individualizada (NI) será obtida mediante o resultado do somatório total dos pontos obtidos (Y), dividido pelo número de itens vistoriados (X).

$$NI = \frac{\sum Y}{X}$$

Cabe ao gestor apurar o percentual de liberação da fatura correspondente a cada Unidade Escolar (o percentual será aplicado para cada Unidade considerando a nota individualizada) e encaminhar uma via para a Contratada.

### RESULTADO FINAL

Percentual de Liberação da Fatura (Considerando a Nota da Unidade Escolar)	Nota obtida na avaliação
Liberação total da fatura	Nota maior ou igual a 180 pontos
Liberação de 90% da fatura	Nota maior ou igual a 140 e menor que 180 pontos





## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Liberação de 80% da fatura	Nota maior ou igual a 120 e menor que 140 pontos
Liberação de 65% da fatura	Nota maior ou igual a 100 e menor que 120 pontos
Liberação de 50% da fatura	Nota menor que 100 pontos

### DESCRIÇÃO - justificando o padrão de qualidade do serviço prestado

Descreva a ocorrência relacionando o nome do Profissional de Apoio Escolar, bem como os motivos pelos quais o padrão de qualidade foi assinalado, de acordo com as obrigações contidas no contrato. Cada item dos quadros 1 e 2 devem ser devidamente justificados de acordo com o critério de seleção assinalado.

O Fiscal Setorial, designado pelo Diretor da Unidade Escolar, em cumprimento ao disposto no Termo de Referência e Contrato nº xxxxxxxxx, firmado com a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, DECLARA que os serviços de Profissional de Apoio Escolar executados no mês/ano foram prestados conforme as obrigações previstas no contrato, atendendo todas as exigências feitas pela Administração, atendendo o padrão estabelecido nos quadros do ITEM A e ITEM B.

Nota:	Assinatura do responsável pela fiscalização:	Assinatura do responsável da Contratada:	Assinatura do Gestor do Contrato:
-------	--	--	-----------------------------------

### 6.4. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

6.4.1. Cabe à Comissão de fiscalização, com base nos formulários de avaliação da qualidade dos serviços apresentados por cada unidade escolar, efetuar o acompanhamento periódico dos serviços prestados, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da contratada.

6.4.2. No final do mês de apuração, o Gestor elaborará a consolidação da avaliação de desempenho da contratada, através do Relatório de avaliação da qualidade dos serviços prestados, apurando-se o percentual de liberação da fatura correspondente (aplicado em relação a cada Unidade escolar, considerando a nota individualizada), encaminhando uma via para a contratada.

### 6.5. RESPONSABILIDADES

#### 6.5.1. Equipe de Fiscalização (Unidade Escolar)

Responsável pela avaliação da qualidade dos serviços da Contratada e pelo encaminhamento de toda documentação ao gestor do contrato.

#### 6.5.2. Gestor do Contrato (Secretaria de Educação)

Responsável pela consolidação das avaliações recebidas e pela apuração do percentual de liberação da fatura correspondente.



## **07 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1. Após o término de cada período mensal, a CONTRATADA elaborará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços efetivamente realizados.

7.2. As medições, para efeito de pagamento, serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

b) No primeiro dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços, a CONTRATADA entregará à Secretaria ou Órgão responsável um relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados.

c) O CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura em conformidade com a AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS.

**d) Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados, face ao total estimado, ou seja, o quantitativo de profissionais em atividade, conforme a(s) ordem(ns) de serviço emitidas, conforme previsto no item 5.8.1.**

e) O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente realizados em cada um dos ambientes.

7.3. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura será efetuado através de depósito em conta corrente informado pela CONTRATADA, com o prazo de carência de 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da fatura, salvo se este dia coincidir com sábado, domingo, feriado ou dia em que não houver expediente na sede da Prefeitura, hipótese em que se prorrogará para o primeiro dia útil que se seguir.

7.4. Quando da apresentação da(s) fatura(s) deverá ser observado o disposto na legislação vigente, devendo a CONTRATADA comprovar, se cabível, a regularidade fiscal resultante da execução do ajuste, mediante a apresentação de:

a) Cópia da guia de recolhimento da Previdência Social - GRPS, do último recolhimento devido, regularmente quitado, em conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para cada serviço;

b) Prova do recolhimento mensal do FGTS por meio das guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, que deverão corresponder ao período de execução e por tomador de serviço (contratante);

c) Protocolo de envio de arquivos, emitido pelo Conectividade Social;

d) Guia de Recolhimento do FGTS - GRF, gerada e impressa pelo SEFIP após a transmissão do arquivo SEFIP, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;

e) Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP – RE.

f) Certidão Negativa de Débitos Federais – CND; e

g) FGTS/CAIXA, através do CRF.



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

7.5. A contratada fica obrigada a apresentar, em suas faturas mensais, separadamente, o montante correspondente aos impostos (INSS, ISS e IRPJ). O INSS apurado em cada medição será descontado da fatura pela Contratante e recolhido ao Instituto Nacional de Previdência Social, também pela Contratante.

7.6. Em relação à Nota Fiscal, os dados do destinatário/remetente deverão constar: MUNICÍPIO DE BIRIGUI, CNPJ 46.151.718/0001-80, Endereço: rua Anhanguera, 1155, Jardim Morumbi; CEP 16200-067; Município: Birigui; Fone/Fax: (18) 3643 6000; UF: SP.

7.7. Para efeito de pagamento, é obrigatório que seja informado no corpo da Nota Fiscal: os dados bancários (Código e Nome do Banco/Agência/Conta Corrente), do mesmo CNPJ que na Autorização de Fornecimento, Número da Autorização de Fornecimento e Número do Empenho.

7.8. A contratada ficará responsável em verificar se as informações conferem com a(s) Ordem(ns) de Serviço(s). Se possuir dados divergentes, deverá solicitar a alteração imediatamente, pois o Município não se responsabilizará por informações incorretas. A não inclusão dos referidos dados na Nota Fiscal ocasionará o não pagamento da mesma.

### **08 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

Menor preço por lote.

Considerando a natureza dos serviços, bem como todas as peculiaridades necessárias na execução das atividades, torna-se prudente e coerente que os serviços sejam prestados por uma única empresa, em conformidade com o entendimento firmado pela Egrégia Corte do Tribunal de Contas da União, consignado no Acórdão/TCU 1214/2023 - Plenário: "o parcelamento de serviços não especializados, por exemplo, limpeza, jardinagem, copeiragem, garçom, deve ser evitado".

O não parcelamento da solução é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, visto que a contratação se refere a gestão de mão de obra, não se trata de serviços especializados.

Não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia, nos procedimentos da fiscalização de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa.

### **09 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Em levantamento preliminar por meio de consultas realizadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Painel de Preços do Governo Federal, Portal da Transparência, Bolsa Eletrônica do Estado de São Paulo, pesquisa direta com empresas de mercado, verificamos que o custo estimado total é de aproximadamente **R\$ 9.423.999,72 (Nove Milhões, Quatrocentos e Vinte e Três Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Setenta e Dois Centavos)**, considerando 12 (doze) meses.



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

### ANEXO I

#### RELAÇÃO DE PRÉDIOS PARA VISITA TÉCNICA

#### **RELAÇÃO DE CEI's – CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL Manhã 6h às 12h / Tarde 12h às 18h**

ORD	ESTABELECIMENTO	ENDEREÇO	BAIRRO	CEP	TELEFONE
					<b>Código (18)</b>
<b>01</b>	CEI Ana Souto Trevisan	R. Eduardo Ibanhez, 366	Jd. Costa Rica	16202-023	3644 9300 / 3641 0911
<b>02</b>	CEI Bella Clark Soares	R. Fioravante Zin, 100	Jd. Popi	16201-032	3644 8277 / 3641 0727
<b>03</b>	CEI Dionísia Miragaia Carmine	R. Canadá, 301	Jd. Clayton	16203-089	3642 9855 / 3641 0850
<b>04</b>	CEI Enriqueta Terence	R. Profª Stella Affini Gajardoni, 1312	Vl. Isabel Marin	16204-011	3644 4200 / 3641 0835
<b>05</b>	CEI Fátima Hamud Nakad	R. Gino Trevisan, 229	Jd. Toselar	16204-166	3642 7399 / 3641 0745
<b>06</b>	CEI Maria Bruder Camargo	Av. Benjamin Lot, 180	João Crevelaro	16202-290	3644 4566 / 3641 0855
<b>07</b>	CEI Profª Maria Cecília De Lima J. Maroni	R. Waldomiro Rotondaro, 2350	Res. Santa Luzia	16201-340	3643 0433
<b>08</b>	CEI Pulcina Moutinho Gonçalves	R. Silvio Marcelino da Silva, 450	Alto Colinas Residencial	16207-028	3642 9529
<b>09</b>	CEI Rotary	R. Gerônimo de Souza Santos, 20	Vl. Troncoso	16203-002	3634 1232 / 3641 0232
<b>10</b>	CEI Anthero dos Santos	Av. Thomas Lopes Fernandes, 2662	Residencial Copacabana	16200-000	99156-5425
<b>11</b>	CEI Maria Devechio Migliorini	Av. José Agostinho Rossi, s/n	Jardim Planalto	16200-000	99147-0109
<b>12</b>	CEI Aparecida Clauria Bearari Benasse	R. José dos Santos, 750	Portal da Pérola II	16200-000	3641-5759



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

### EMEI – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL - Manhã 7h às 12h / Tarde 12h30 às 17h30

ORD	ESTABELECIMENTO	ENDEREÇO	BAIRRO	CEP	TELEFONE
					<b>Código (18)</b>
<b>01</b>	EMEI Profª Eliza de Moraes Chagas	Rua Itororó, 188	Jardim Tropical	16200-790	3641 6288
<b>02</b>	EMEI Profº Oduvaldo Dossi	R. Bahia, 1573	Cohab III	16202-070	3641 5912 / 3641 0884

### RELAÇÃO DE EM's – ESCOLAS MUNICIPAIS - Manhã 7h às 12h / Tarde 12h30 às 17h30

ORD	ESTABELECIMENTO	ENDEREÇO	BAIRRO	CEP	TELEFONE
					<b>Código (18)</b>
<b>01</b>	EM Profª Adelina Bernadette dos Santos Pacitti	R. Silvio Marcelino da Silva, 502	Alto Colinas Residencial	16207-028	3644 8258 / 3642 9961 / 3641 0813
<b>02</b>	EM Profª Darcy Garcia Gavira	R. José Vieira, 334	Tereza M. Barbieri	16203-227	3641 7820 / 3641 0717
<b>03</b>	EM Profº Dario Ângelo Tantin	Av. João Cernach, 2853	Vl Brasil	16202-018	3641 5902 / 3641 0851
<b>04</b>	EM Profª Dirce Spinola Najas	R. Santos Puertas Garcia, 390	Toselar	16204-243	3642 1905 / 3642 2437 / 3641 0407
<b>05</b>	EM Dr. Gama	R. Santos Dumont, 1273	Vila Guarujá	16200-095	3642 2576 / 3642 7085 / 3641 0836
<b>06</b>	EM Profª Geni Leite da Silva	R. Maria Dolores Nunes, 365	Silvares	16201-020	3642 2049 / 3642 7129
<b>07</b>	EM Profª Izabel Branco	R. Antonio Fabrício, 200	Ivone Alves Palma	16203-193	3642 5945 / 3642 7068
<b>08</b>	EM Profº José Sebastião Vasques Calçada	R. Leonora Fiorotto, 815	Recanto Verde	16201-195	3642 2678 / 3642 4504 / 3641 0751
<b>09</b>	EM Profª Leonor Chaim Cury	R. Ermando Zim, 1555	Jd. Santana	16202-407	3644 6959 / 3641 0971



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

<b>10</b>	EM Profº Luciano Augusto Canellas	R. Salvador Sanches, 150	Jd. Vista Alegre	16204-278	3641 3087 / 3644 5734
<b>11</b>	EM Profª Lucinda Araújo Pereira Giampietro	R. Palmares, 346	Santo Antonio	16201-062	3642 2800 / 3642 7089
<b>12</b>	EM Profº Nays Borges Penteadó	R. Braz Sanches Arriaga, 1638	São Braz	16202-073	3642 1954 / 3642 7101
<b>13</b>	EM Roberto Clark	Pça. James Mellor, 196	Centro	16200-057	3642 2361 / 3642 7109 / 3641 0474
<b>14</b>	EM Profª Ruth Pintão Lot	R. Moacyr Galvão, 150	João Crevelaro	16202-333	3642 7052 / 3642 2305
<b>15</b>	EM Profª Terezinha Bombonatti	R. Osvaldo Bocca, 2400	Res. Santa Luzia	16202-203	3644 9699 / 3644 2148
<b>16</b>	EM “Profª Yvonne Miragaia Peruzzo”	R. Pedro Cavalo, 709	Portal da Pérola II	16201-407	3643-1178



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

### **ANEXO II**

#### **MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

ATESTO                      que                      o                      representante                      legal                      do(a)  
\_\_\_\_\_, interessado(a) em participar do Pregão  
Presencial nº ....., Processo nº ....., realizou, nesta data, visita  
técnica nas instalações da(o) \_\_\_\_\_,

recebendo assim todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

A licitante está ciente, desde já, que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear, em nenhuma hipótese, modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que serão executados os serviços.

(Local e data).





## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

### **ANEXO III** **MODELO DE PLANILHA E MEMÓRIA DE CÁLCULO – RESUMO**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS	VALORES R\$
<b>1 - Remuneração</b>		<b>R\$</b>
1.1	Salário Base	<b>R\$</b>
1.2	Adicional de Periculosidade	<b>R\$</b>
1.3	Adicional de Insalubridade	<b>R\$</b>
1.4	Feriado Remunerado	<b>R\$</b>
1.5	Folguista	<b>R\$</b>
1.6	Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	<b>R\$</b>
<b>2 - Benefícios mensais e diários</b>		<b>R\$</b>
2.1	Vale-transporte	<b>R\$</b>
	Custo mensal	<b>R\$</b>
	Parcela do trabalhador	<b>R\$</b>
	Crédito PIS/CONFINS	<b>R\$</b>
2.2	Vale-refeição	<b>R\$</b>
	Custo Mensal	<b>R\$</b>
	Dia da categoria	<b>R\$</b>
	Parcela do trabalhador	<b>R\$</b>
	Crédito PIS/CONFINS	<b>R\$</b>
2.3	Cesta básica	<b>R\$</b>
	Custo com cesta básica	<b>R\$</b>
	Crédito PIS/CONFINS	<b>R\$</b>
2.4	Assistência médica familiar	<b>R\$</b>
	Custo com assistência médica familiar	<b>R\$</b>
	Crédito PIS/CONFINS	<b>R\$</b>
2.5	Benefício social familiar e natalidade	<b>R\$</b>
	Custo com benefício social familiar e natalidade	<b>R\$</b>
	Crédito PIS/CONFINS	<b>R\$</b>
2.6	Auxílio-creche	<b>R\$</b>
2.7	Norma Regulamentadora nº 07	<b>R\$</b>
<b>3 - Insumos Diversos</b>		<b>R\$</b>
3.1	Uniforme	<b>R\$</b>
	Custo mensal	<b>R\$</b>
	Crédito PIS/CONFINS	<b>R\$</b>
3.2	EPI	<b>R\$</b>
	Custo mensal	<b>R\$</b>
	Crédito PIS/CONFINS	<b>R\$</b>
<b>3.3</b>	<b>Material</b>	<b>R\$</b>
<b>4 - Encargos Sociais e Trabalhistas</b>		<b>R\$</b>
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	<b>R\$</b>
4.2	13º Salário + adicional de férias	<b>R\$</b>
4.3	Afastamento maternidade	<b>R\$</b>
4.4	Custo de reposição do profissional ausente	<b>R\$</b>
4.5	Custo de rescisão	<b>R\$</b>
4.6	Outros*	<b>R\$</b>
<b>5 - Custos Indiretos, Lucros e Tributos</b>		<b>R\$</b>
5.1	Custos Indiretos	<b>R\$</b>
5.2	Lucros	<b>R\$</b>
5.3	Tributos	<b>R\$</b>
	ISS	<b>R\$</b>
	PIS	<b>R\$</b>
	COFINS	<b>R\$</b>
<b>Total</b>		
	<b>Valor mensal – Somatório de 1 a 5</b>	<b>R\$</b>



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

Valores parciais – categoria profissional:	
Valor mensal:	R\$
Valor hora:	R\$
Quantidade horas/mês:	

### **OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:**

Deverá ser preenchida uma memória de cálculo – resumo para cada tipo de profissional.

**1.** O valor a ser considerado para fins de constatação do menor preço é o valor máximo global. Esta planilha de custo servirá, apenas, para identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, ainda que de maneira estimada, e para facilitar a verificação de eventuais aumentos de custos e sua incidência em eventual reequilíbrio de preço, ou seja, terá repercussão durante a execução do contrato.

CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO
Os Custos e Despesas Indiretas incluem, entre outros:	
Seguro Responsabilidade Civil	PIS
Remuneração de pessoal administrativo	COFINS
Transporte do pessoal administrativo	ISS
Aluguel da sede	Custo indireto
Manutenção e conservação da sede	LAIR
Despesas com água, luz e comunicação	Percentual Médio do CITL
Imposto predial, taxa de funcionamento	
Material de escritório	
Manutenção de equipamentos de escritório	



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(elaborado com base no artigo 6º, inciso xx, combinado com o § 1º e 2º, da lei 14.133/21)

**ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA PRIMEIRA ETAPA DO PLANEJAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE DISPONIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR – ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA E ATIVIDADES ESCOLARES (PAE-AVD/AE) PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS E ÀS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BIRIGUI, EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.**

### 1- JUSTIFICATIVA:

Em atendimento ao artigo 18, § 1º, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021, este **Estudo Técnico Preliminar – ETP** tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE DISPONIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR – ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA E ATIVIDADES ESCOLARES (PAE-AVD/AE) PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS E ÀS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BIRIGUI, EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, conforme especificações constantes do Termo de Referência, para atendimento a 30 (trinta) unidades escolares da rede pública municipal de Birigui.

O objeto desta prestação de serviços consiste na disponibilização de Profissionais de Apoio Escolar – Atividades de Vida Diária / Atividades Escolares (PAE-AVD/AE), com a devida capacitação promovida pela empresa contratada, de modo a prestar atendimento às demandas educativas dos alunos, conforme exigências da rede pública municipal de ensino.

Referida contratação é indispensável, pois a Secretaria Municipal de Educação conta, hoje, com 30 (trinta) prédios escolares em pleno funcionamento, que atendem a Educação Infantil (Berçário, Maternal e Pré-Escola), Ensino Fundamental – ciclo I (1º ao 5º ano), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

Diariamente, são atendidos cerca de **10.000 alunos** com faixa etária de 0 a 10 anos (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e 15 anos completos ou mais (Educação de Jovens e Adultos), entre os períodos da manhã e da tarde, além de uma unidade com funcionamento noturno (EJA).

Diante desse importante contingente de matrículas, atendendo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, implementada pelo Ministério da Educação, cabe ao Sistema de Ensino a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizando a função de Profissional de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE) para os alunos nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, comunicação, interação e demais atividades escolares que exijam auxílio constante para um adequado desenvolvimento educacional.

Nesse sentido, assegurar o Profissional de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE) vai ao encontro do previsto na Constituição Federal de 1988, que assinala, no capítulo III, art. 205, que a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, **visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.** (BRASIL, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, vem reiterar em seu cap. IV, artigo 54, incisos III, o direito ao atendimento aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino. Tendo em vista o apa-



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

rato legal que assegura igualdade de condições e permanência de alunos que demandam necessidades especiais durante o percurso pela educação básica, se faz necessário adotar medidas que contribuam para uma **efetiva inclusão de alunos com deficiência no âmbito educacional**.

Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96/96, aponta como dever do Estado o atendimento aos alunos com deficiência, garantindo uma educação pública e gratuita, capaz de atender suas necessidades educacionais especiais, preferencialmente nas salas regulares de ensino, havendo, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial (redação dada Lei nº 12.796/2013).

A Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, ao instituir a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, assim dispõe em seu art. 3º.:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

Parágrafo único. Em casos de **comprovada necessidade**, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Ratificando tal entendimento, o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 – assegura como dever do Estado a promoção de ambiente educacional onde, por direito, a pessoa com deficiência deve se apropriar de um sistema educacional inclusivo em todos os aspectos, podendo contar, inclusive, **diante da comprovada necessidade**, com a presença de um **Profissional de Apoio Escolar**.

Tendo em vista as legislações que garantem o direito à educação em salas comuns aos alunos com necessidades educacionais específicas, independente do seu grau de comprometimento, surgem medidas para consolidar o direito efetivo ao educando de acesso à escola e ao currículo, reconhecendo que as modificações pertinentes vão além do acesso ao espaço físico, atingem também aspectos atitudinais e curriculares, garantindo acesso, permanência e aprendizagem do aluno com deficiência na escola, que são metas desta Secretaria Municipal da Educação.

Deste modo, as atribuições dos profissionais de apoio estão intrinsecamente ligadas ao processo de ensino e aprendizagem, desenvolvendo um trabalho em parceria com o professor da sala regular e os demais docentes (Professor do Atendimento Educacional Especializado, Professor de Educação Física, Professor do Projeto de Recuperação e Reforço e docentes de oficinas curriculares).

Face ao crescente contingente de alunos público-alvo da Educação Especial na rede pública municipal de ensino, mostra-se necessário promover uma **admissão ágil, eficiente e economicamente viável** de profissionais para atuar nas atividades acessórias / atividades-meio, ou seja, como PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR (PAE-AVD/AE) no processo de inclusão escolar.

No mais, importante destacar que a rede pública municipal de ensino conta, atualmente, com **363 (trezentos e sessenta e três alunos)** público-alvo da Educação Especial, sendo:

Tipo de Deficiência	Quantidade de Alunos
Transtorno do Espectro Autista – TEA	309
Deficiência Auditiva	09
Deficiência Física	05



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Deficiência Intelectual	19
Deficiência Visual	08
Paralisia Cerebral	05
Síndrome de Down	07
Deficiências Múltiplas (com TEA)	13
Outras deficiências	06
<b>TOTAL</b>	<b>381</b>

Fonte: Secretaria de Educação (BIRIGUI, 03-06-2025).

Justifica-se, portanto, a contratação de empresa para disponibilização e capacitação de Profissional de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE) durante o turno escolar, para os alunos com deficiências matriculados na rede pública municipal – *bem como os novos atendimentos que possam ocorrer ao longo da vigência do contrato* – **para as atividades de locomoção, higiene pessoal, alimentação, comunicação, interação, apoio em sala de aula e demais situações educativas identificadas no decorrer da execução do contrato, nas quais os alunos necessitem de auxílio para realizá-las.**

Concomitantemente, é de se destacar, ainda, que para a promoção da permanência do educando na escola e a assistência integral em suas necessidades básicas e educacionais é urgente que se contrate empresa que disponibilize e capacite Profissionais de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE), de modo que as Unidades Escolares possuam maior garantia de segurança nos portões de entrada e saída, no acompanhamento dos alunos ao banheiro, bebedouros e outras dependências da unidade, assim como para que haja maior apoio aos docentes em sala de aula. Referido profissional atuará, **também, nas unidades/salas de aula dos Centros de Educação Infantil (CEIs) prestando auxílio/apoio ao trabalho dos docentes regentes.**

Igualmente, outro aspecto relevante decorrente da presença do PAE-AVD/AE nas Escolas é que ele assegura maior segurança e bem-estar aos alunos durante os trajetos do transporte escolar, assim como no auxílio no embarque e desembarque de alunos, especialmente no caso de cadeirantes ou com mobilidade reduzida.

Desse modo, a proposta de contratação de empresa para disponibilização e capacitação de Profissional de Apoio Escolar – Atividades de Vida Diária e Atividades Escolares (PAE-AVD/AE) se mostra benéfica à Administração em função de diversos aspectos, visando, sobretudo, a reposição de mão de obra qualificada, ainda mais pela **inexistência de Concurso Público vigente e ao fato de que, ainda que existisse, esse meio de seleção já não se mostra adequado para suprir com RAPIDEZ, EFICIÊNCIA e ECONOMICIDADE a execução de tais serviços aos alunos da rede municipal de ensino.**

A esse respeito, é importante destacar que, nos últimos anos, a rede pública municipal de ensino vem sofrendo uma acentuada queda no número de matrículas e, por consequência, no repasse de verbas públicas:



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

---	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Matrículas	10.794	10.706	10.615	10.446	10.090	9.757	9.325
Fundeb (R\$)	---	---	- 406.117,53	-866.936,20	- 2.917.961,12	- 2.834.099,73	- 3.487.000,32
			- 10.512.114,90				

**Obs:** Conforme VAAT-min do último quadrimestre anual.

**Fonte:** CNM e Secretaria de Educação de Birigui.

Além de afetar o repasse do FUNDEB, outros recursos como da Quota Salário Educação (QSE), recursos próprios, PNAT (alimentação) e transporte estão caindo em decorrência de parte da queda nas matrículas. Para 2026, é esperada uma diminuição de mais 500 matrículas (quase - **5 milhões de FUNDEB**), o que, ao final de 10 anos, pode reduzir pela metade o quadro de alunos e recursos financeiros da rede pública municipal de ensino.

Diante dessa constatação preocupante e do grande fluxo de alunos com deficiência que, ao concluírem o 5º ano do Ensino Fundamental (10 anos completos), **a cada ano, migram para a rede estadual de ensino, gerando enorme volatilidade e inconstância no total de atendimentos pelo PAE-AVD/AE**, é que se percebe como não adequado o provimento dos cargos por Concurso Público, dado que os recursos para custeio da folha de pagamento cairão progressivamente nos próximos anos, inviabilizando a sustentação do quadro funcional. Tal cenário aponta para a necessidade da adoção de **estratégias mais flexíveis na Administração Pública**, passíveis de adição ou supressão na prestação dos serviços, conforme a volatilidade esperada, **bem como a rescisão em situações mais extremas**. É nesse ponto que a contratação de empresa para execução dos serviços se mostra mais segura, vantajosa, eficiente e economicamente favorável.

Frise-se que a execução indireta das atividades de apoio/auxílio **não se trata da atividade finalística da Secretaria de Educação**. Destaque-se que os serviços aqui pleiteados são serviços comuns e tem caráter continuado, os quais visam à melhoria das atividades prestadas, com a colaboração de pessoal qualificado que dará apoio à realização de atividades importantes para a prestação de um serviço público de qualidade.

Tal necessidade de contratação visa ainda suprir uma demanda de **atividades-meio** consideradas importantes para a consecução adequada das atividades-fim educativas e pedagógicas, **e que não pode sofrer interrupção**.

Dessa forma, a contratação de empresa responsável por tais incumbências se faz necessária uma vez que a Secretaria Municipal de Educação **não possui em seu quadro o número de servidores suficiente para realizar tais atividades**, considerando a inexistência de concurso público vigente e o fato de que o ordenamento jurídico brasileiro vem permitindo cada vez mais a contratação de trabalhadores nessa modalidade para apoiar os órgãos e entidades públicas na União, Estados e Municípios. Ademais, **necessário citar a enorme rotatividade de servidores públicos dessas funções (afastamentos e exonerações), o que acarreta sérios problemas à execução continuada dos serviços educacionais e riscos de graves prejuízos aos alunos.**

Além disso, para melhor contextualizar o cenário vivenciado nas unidades escolares públicas municipais, ressalta-se que embora haja processo seletivo temporário vigente até dezembro deste ano, os atuais responsáveis por atuar como Profissional de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE) **acumularam um total de 1.742 dias de ausências ao trabalho durante o ano letivo de 2024**. Isso representa **24,19 dias de ausência por profissional**, o que, por si só, **demonstra a total inviabilidade desse modelo**



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

**de admissão de pessoal, podendo ser ainda mais agravado caso se opte pelo concurso público<sup>3</sup>.**

Assim, a Secretaria Municipal de Educação, **em busca de agilidade, economicidade e eficiência**, conclui que por se tratar de uma atividade-meio, passível de delegação, mostra-se necessária a contratação de empresa para disponibilizar e capacitar Profissionais de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE) destinados aos alunos público-alvo da Educação Especial, assim como para prestarem auxílio às atividades que darão suporte adequado ao trabalho docente nas salas de aulas dos Centros de Educação Infantil (Berçário, Maternal e/ou Pré-Escola), segurança e apoio ao desenvolvimento da rotina escolar.

Portanto, tratando-se a Educação de um serviço essencial, de continuidade sem interrupção, **solicita-se a contratação de empresa para disponibilização de mão de obra qualificada para prestar apoio/auxílio e garantir o direito à inclusão e ao bom andamento das atividades das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino.**

### **2- PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**

O objeto da contratação não foi previsto inicialmente no Plano de Contratações Anual, no entanto, encontra-se em processo de inclusão.

### **3- REQUISITOS ESPECIAIS DE CONTRATAÇÃO:**

Fica vedada a participação de Associações sem fins lucrativos e Cooperativas de Trabalho, nos termos das decisões do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Processos TC-004884.989.17, TC-011994.989.19, TC-012039.989.19 e TC-9498.989.21).

Para a adequada solução das necessidades pontuadas preliminarmente, a contratação pretendida deverá atender os seguintes requisitos mínimos:

- Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação;
- Os empregados deverão ser pertencentes ao quadro de pessoal da empresa a ser contratada, que deverá selecionar e preparar rigorosamente os empregados para prestar os serviços, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Dado todo o exposto, a empresa prestadora dos serviços, objeto do presente estudo, deverá atender aos seguintes requisitos:

### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

A proponente deverá apresentar atestado(s) ou certidão(ões) de bom desempenho anterior em contrato de natureza compatível com o objeto da licitação, devendo **comprovar a prestação de serviço**

<sup>3</sup> Os profissionais contratados temporariamente não fazem jus a 6 faltas abonadas por ano, 1 folga aniversário por ano, licença médica para tratar de pessoa da família, licença-prêmio e outros direitos específicos do profissional CONCURSADO. Caso tais funções fossem efetivadas via concurso público haveria um contingente ainda maior de ausências, o que levaria à total fragmentação do atendimento aos alunos mais sensíveis (deficiências/Autistas), prejudicando seu atendimento, colocando em risco o funcionamento dos serviços escolares.





## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

**que tenha contado com, no mínimo, 80 postos de trabalho**, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto, necessariamente, os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades, prazo contratual, datas de início e término, e local da prestação dos serviços.

Também serão aceitos atestados ou certidões em que constem nomenclaturas diferentes de **profissional de apoio escolar** como cuidador, agente de inclusão, auxiliar escolar, acompanhante escolar, entre outros.

O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome, o cargo do signatário e telefone para contato.

Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo supramencionado, **a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados**.

O Atestado de Capacidade não poderá ser substituído por nota fiscal de fornecimento, sendo aceita apenas como complemento do atestado apresentado.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

### **DA VISITA TÉCNICA:**

A **Visita Técnica** para conhecimento das unidades escolares públicas municipais **é facultativa**, conforme entendimentos jurisprudenciais.

Assim, a **Visita Técnica** tem como objetivo verificar as condições locais, permitindo aos interessados colherem as informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

A **Visita Técnica** deverá ser previamente agendada através do telefone: (18) 3643-6029, formalizando o agendamento através do e-mail: **educacao@birigui.sp.gov.br**, com antecedência mínima de **02 (dois) dias úteis** da data agendada para o recebimento da documentação de Propostas de Preços e Habilitação, onde será lavrado um atestado de visita técnica pelo **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**. Uma cópia deste atestado deverá ser anexada junto aos documentos de Habilitação.

A **Visita Técnica** deverá ser efetuada em até 01 (um) dia útil anterior a data de abertura do certame a ser realizada por representante da licitante.

As dúvidas que porventura surgirem com relação à visita técnica deverão ser apresentadas por escrito, endereçadas à Secretaria Municipal de Educação do **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**, devidamente protocoladas no Setor de Protocolo, situado nesta cidade de Birigui/SP, na Rua Anhanguera, 1.155 – Jardim Morumbi, até **02 (dois) dias úteis** anteriores a data da abertura da sessão pública.

**CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO:** Comprovante de visita efetuada nas unidades escolares, através da apresentação do atestado de visita técnica emitido pelo MUNICÍPIO DE BIRIGUI ou **Declaração formal de que a empresa detém conhecimento de todos os serviços e ambientes descritos no Termo de Referência, concordando assim com os termos do Edital e seus Anexos**.

### **EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (ÍNDICES ECONÔMICOS):**



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

A comprovação da boa situação financeira da licitante será verificada para assegurar o integral cumprimento do contrato, através dos índices ILG (Índice de Liquidez Geral), ILC (Índice de Liquidez Corrente) e ISG (Índice de Solvência Geral), usualmente praticados no mercado, os quais deverão ser calculados e apresentados pela licitante, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

### **ILG – Índice de Liquidez Geral**

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

-----

### **ILC – Índice de Liquidez Corrente**

Ativo Circulante

Passivo Circulante

-----

### **ISG – Índice de Solvência Geral**

Ativo Total

**Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo**

Justifica-se a exigência de habilitação econômico-financeira com amparo no art. 69, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, além de oferecer segurança quanto à execução contratual, uma vez que fica demonstrada a “saúde financeira” da futura contratada, permitindo ao Contratante verificar a necessária correlação entre o “tamanho” da licitação e a capacidade de execução contratual. Ademais, trata-se de serviço inadmissível de interrupção, haja vista, a necessidade diária de atendimento aos alunos público-alvo da Educação Especial com comprovada necessidade de profissional de apoio.

**CAPITAL SOCIAL EXIGIDO:** O Capital mínimo ou o Patrimônio Líquido Mínimo da licitante deverá ser de **5% (cinco por cento)** do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita na data da apresentação da proposta, na forma de lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais (conforme Art. 69, § 4º, da Lei Federal nº. 14.133/2021).

Demais exigências relativas da adequada situação financeira da licitação poderão constar do Edital do certame.

### **GARANTIA DE PROPOSTA (art. 58 da Nova Lei de Licitações nº 14.133/21 e Súmula nº 37 do TCE/SP):**

Deverá ser exigida garantia para participar da licitação, equivalente a **1% (um por cento)** do valor estimado para contratação ou do lote que a licitante participar.



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

A empresa que vier a participar do certame, ao cadastrar sua proposta, deverá anexar em campo próprio do sistema eletrônico BLL o comprovante da garantia de participação (apólice, carta fiança ou comprovante de depósito/transferência bancária), sob pena de desclassificação da sua oferta.

A referida garantia deverá ser efetuada previamente à data de realização do certame em uma das modalidades previstas no artigo 96, §1º da Lei 14.133/2021.

Para caução em dinheiro, deverá ser efetuado depósito/transferência em conta corrente a favor do **Município de Birigui/SP**.

Após a rodada de lances, o agente de contratação irá conferir se o documento anexado como comprovante de garantia atende os requisitos previsto em Lei. Em caso de conformidade, o agente de contratação iniciará a fase de habilitação, salvo se previsto no Edital e termo de referência procedimentos acessórios para aceitabilidade da proposta, tais como: análise de amostras, laudos etc.

Caso a garantia não seja apresentada em conformidade com o art. 96, §1º da Lei 14.133/2021 ou se invalidada/cancelada, o licitante será desclassificado, sem prejuízo dos procedimentos sancionatórios previstos na Lei em sentido amplo e Edital.

### 4- QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONSIDERAÇÃO DA ECONOMIA DE ESCALA:

De forma resumida, o quantitativo apurado na presente contratação é:

Cargo	Atuação *	Qtde Estimada **	Requisitos	Jornada Se- manal	Jornada Diária	Unidade de Medida
Profissional de Apoio Escolar (PAE)	Atividades da Vida Diária e Atividades Escolares (AVD/AE) para alunos público-alvo da Educação Especial, assim como  em todas as atividades internas da escola (acolhimento aos alunos, apoio ao docente em sala de aula, acompanhamento dos alunos nos diferentes espaços visando sua segurança, entre outras)	171	Ensino Médio Completo e Capacitação Inicial de 40 horas fornecida pela Contratada sobre:  1) Inclusão Escolar e o papel do PAE-AVD/AE;  2) Primeiros Socorros;  3) O trabalho em escola de Educação Infantil;  4) O trabalho em escola de Ensino Fundamental;  5) Conduta Ético-Profissional na escola.	44 horas semanais	8h48	Posto
Profissional de Apoio Escolar (PAE) com adicional de acúmulo de função de Monitor de Transporte Escolar	Atividades da Vida Diária e Atividades Escolares (AVD/AE) para alunos público-alvo da Educação Especial, assim como  em todas as atividades internas da escola (acolhimento aos alunos, apoio ao docente	08	Ensino Médio Completo e Capacitação Inicial de 40 horas fornecida pela Contratada sobre:  1) Inclusão Escolar e o papel do PAE-AVD/AE;  2) Primeiros Socorros;	44 horas semanais	8h48	Posto



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

	em sala de aula, acompanhamento dos alunos nos diferentes espaços visando sua segurança, entre outras) e monitoramento e auxílio aos alunos do transporte escolar		3) O trabalho em escola de Educação Infantil; 4) O trabalho em escola de Ensino Fundamental; 5) Conduta Ético-Profissional na escola.			
Supervisor	Acompanhamento, gerenciamento e supervisão geral dos serviços para atendimento pleno às demandas	01	Ensino Superior Completo em Pedagogia	44 horas semanais	8h48	Posto

\* O Profissional de Apoio poderá atuar tanto nas Atividades de Vida Diária (AVD) como nas Atividades Escolares (AE), conforme requisitado pela Secretaria de Educação.

**\*\* A disponibilização dos profissionais pela empresa contratada ocorrerá de forma progressiva, conforme forem sendo encerrados os atuais contratos temporários com a Prefeitura Municipal de Birigui e for ocorrendo demanda, sendo que a remuneração pelos serviços prestados dar-se-á de forma proporcional até a estimativa máxima total do contrato. Dessa forma, ainda que sejam expedidas ordens de serviços parciais até o alcance da totalidade de profissionais estimado na contratação, o prazo de vigência a que estarão sujeitas é o da data-início e data-fim do Contrato firmado com a proponente ganhadora do certame e não das ordens de serviço individualmente.**

Para o ano letivo de 2025, considerando a previsão do término de contrato dos Auxiliares de Vida Escolar Temporários até 31/10/2025, ficam previstos os seguintes quantitativos de profissionais de apoio escolar / supervisor:

Cargo	Qtde Inicial 2025	Unidade de Medida
Profissional de Apoio Escolar (PAE)	04	Posto
Profissional de Apoio Escolar (PAE) com adicional de acúmulo de função de Monitor de Transporte Escolar	31	Posto
Supervisor	01	Posto

### 5- JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA:

Dentre as possíveis soluções no mercado, dada a natureza do objeto e sua destinação, a solução apresentada se mostra suficiente para atender satisfatoriamente a demanda, visto que:

A contratação dos serviços se baseia na prestação de serviços continuados, **cujas mão de obra não está plenamente disponível nos quadros permanentes da administração pública municipal** (morosidade nas contratações, alta incidência de desistência dos contratados e ausência de concurso público vigente);

Identificam-se inúmeras empresas que prestam serviços de Profissional de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE) com oferta de capacitação inicial e periódica;

A presente contratação para disponibilização e capacitação de profissional de apoio escolar (PAE-AVD/AE) para os alunos com deficiência se faz necessária e indispensável no dia a dia da rede municipal de ensino, uma vez que contempla serviços fundamentais para o funcionamento de todas



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

as suas atividades, **principalmente pelo fato do número de alunos que necessitam desse apoio estar crescendo ano a ano e, sem o qual, referidas atividades restam inviabilizadas;**

Atualmente, esse cuidado e auxílio nas atividades escolares pelo PAE-AVD/AE – aos cerca de 381 alunos com deficiência, distribuídos nas 30 (trinta) unidades escolares da rede pública municipal de ensino – é realizado, com grande dificuldade, por Auxiliares de Vida Escolar, Estagiários e Professores – ambos contratados via processo seletivo temporário e cuja **rotatividade, alto número de ausências ao trabalho e de desistências vem ocasionando graves riscos ao processo de inclusão escolar;**

O quadro atual tanto do PAE-AVD/AE é **insuficiente para dar conta da demanda atual, de modo que essa ausência tem causado sérios prejuízos para toda a rede** (há enorme dificuldade de contratação, uma vez que após a convocação, poucos manifestam interesse e os que comparecem, muitas vezes, apresentam ausências reiteradas ao trabalho, prejudicando a continuidade e regularidade de atendimento aos alunos e à rotina escolar);

O processo de contratação desses profissionais é extremamente moroso. Necessário haver processo seletivo vigente; os candidatos realizam a prova e, após serem chamados, devem apresentar documentos, realizar exames e agendar perícia médica, **demorando quase 30 dias**, prazo que, **via Concurso Público poderia ser prorrogado até 120 dias**. Além desse longo tempo para a contratação, é alta a incidência de desistências dos candidatos;

Também é importante destacar que, nos últimos anos, a rede pública municipal de ensino vem sofrendo uma acentuada queda no número de matrículas e, por consequência, no repasse de verbas públicas:

---	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Matrículas	10.794	10.706	10.615	10.446	10.090	9.757	9.325
Fundeb (R\$)	---	---	- 406.117,53	-866.936,20	- 2.917.961,12	- 2.834.099,73	- 3.487.000,32
Total			- 10.512.114,90				

**Obs:** Conforme VAAT-min do último quadrimestre anual.

**Fonte:** CNM e Secretaria de Educação de Birigui.

Além de afertar o repasse do FUNDEB, outros recursos como da Quota Salário Educação (QSE), recursos próprios, PNAT (alimentação) e transporte estão caindo em decorrência de parte da queda nas matrículas. Para 2026, é esperada uma diminuição de mais 500 matrículas (quase - **5 milhões de FUNDEB**), o que, ao final de 10 anos, pode reduzir pela metade o quadro de alunos e recursos financeiros da rede pública municipal de ensino.

Diante dessa constatação preocupante é que se percebe como não adequado o provimento dos cargos por Concurso Público, dado que os recursos para custeio da folha de pagamento cairão progressivamente nos próximos anos, inviabilizando a sustentação do quadro funcional. Tal cenário aponta para a necessidade da adoção de **estratégias mais flexíveis na Administração Pública**, passíveis de **adição ou supressão na prestação dos serviços**, conforme a volatilidade esperada, **bem como a rescisão em situações mais extremas**. É nesse ponto que a contratação de empresa para execução dos serviços se mostra mais segura, vantajosa, eficiente e economicamente favorável;

Paralelamente, devido ao fato de que a rede municipal de ensino atende os alunos até o 5º ano do Ensino Fundamental (10 anos completos), há um grande fluxo de estudantes com deficiência, **a cada ano, que migra para a rede estadual de ensino, gerando enorme volatilidade e inconsistência no total de atendimentos pelo PAE-AVD/AE**, o que, do ponto de vista da economicidade e da eficiência, não coaduna com o provimento do cargo por concurso público, **uma vez que tais pro-**



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

**fissionais podem ser declarados em disponibilidade posteriormente (excedentes no quadro).** Ainda, há que se considerar que a admissão via concurso público possibilitará uma série de licenças e afastamentos legais ao profissional (licença-prêmio, faltas abonadas, folga aniversário, faltas justificadas e outras) o que levará a constantes interrupções na prestação do atendimento aos alunos e efeito cascata nos custos (substituições), o que não é adequado nem do ponto de vista da eficiência e da economicidade nem quanto às especificidades exigidas pelas crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais deficiências, visto que tais interrupções/substituições/trocas de servidores pode agravar seu quadro de saúde ou gerar riscos físicos e psicológicos no processo escolar<sup>4</sup>;

Além disso, a contratação dos profissionais ainda prescinde de maiores investimentos em capacitação e, muitas vezes, o perfil do contratado não é o mais adequado. Outrossim, as desistências, trocas constantes e ausências desses profissionais ao trabalho acarretam muitos problemas para a rede e fazem com **que o interesse público envolvido não seja devidamente satisfeito**;

Desta forma, referidas situações, consubstanciadas na ausência de vantagem financeira, morosidade do processo e na alta incidência de desistência e absenteísmo ao trabalho pelos contratados, são os maiores obstáculos encontrados pela Secretaria Municipal de Educação. Importante salientar, também, que diante da obrigação de cumprir alguns Mandados Judiciais específicos do público-alvo da Educação Especial, não pode o Município correr o risco de, face à morosidade das contratações e desistências dos profissionais, **sujeitar-se a multas por descumprimento de sentenças e nem mesmo lesar os direitos dos alunos**;

Assim, é pública é notória a necessidade de contratar, **com economicidade, rapidez e eficiência**, profissionais para atuarem no apoio aos alunos público-alvo da Educação Especial e no auxílio ao trabalho educativo, na promoção de acolhimento, segurança, transporte e outros momentos da rotina escolar, inclusive nas atividades de apoio/suporte às salas de aula dos Centros de Educação Infantil (CEIs), assegurando o direito à educação e à própria dignidade da pessoa humana;

Diante dessa necessidade, **além de proporcionar a qualidade esperada no atendimento, o Município não pode correr o risco de adiar a contratação em questão**, devendo buscar na lei e nos princípios norteadores da Administração Pública uma forma de solução eficiente e célere que vá ao encontro do interesse público.

Logo, as principais vantagens que levam os municípios à contratação da mão de obra de serviços de Profissional de Apoio Escolar (PAE-AVD/AE) nas escolas são:

**a) Contratação por período determinado.**

**b) Vínculo empregatício:** encargos e os direitos trabalhistas previstos na legislação brasileira oneram muito a folha de pagamento, obrigando os municípios a repensar sobre essas possíveis contratações. Esses valores representam uma grande despesa, que pesa consideravelmente no orçamento público. Em linhas gerais, a relação custo-benefício da terceirização é positiva, pois envolve custos menores se comparados com os necessários para a formação de uma equipe interna para realização das mesmas atividades;

---

<sup>4</sup> A importância da rotina e da previsibilidade para a aprendizagem de crianças e adolescentes com TEA. (acesso em 03/07/2025). Disponível em:

[https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV185\\_MD4\\_ID7553\\_TB7127\\_20112023111808.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD4_ID7553_TB7127_20112023111808.pdf)

Rotina na Inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil: O que dizem os professores? (acesso em 03/07/2025). Disponível em:

<https://www.ufpe.br/documents/39399/2404730/OLIVEIRA%3B+LIMA+-2016.1.pdf/c3ede42c-9e93-4246-97c3-c7faef3f9cb4>





## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

**c) Qualificação e capacitação:** a empresa contratada fica responsável em estabelecer assegurar o grau de instrução, bem como treinamento adequado dos funcionários para o exercício do cargo. Em geral, as empresas especializadas, investem constantemente em qualificação de suas equipes para manter o diferencial competitivo, oferecendo ainda mais qualidade. Soma-se ainda, a oneração com uniforme e crachá.

**d) Quadro de funcionários:** a empresa contratada fica responsável nos casos de impossibilidade do profissional exercer suas atribuições, alocar outro funcionário para o mesmo serviço não ocorrendo prejuízos para o bom funcionamento do serviço público.

No sentido da pertinência e vantagem da realização da contratação é necessário destacar que, atualmente, **tem-se mostrado inviável a contratação de profissionais pela própria Administração Pública Municipal**, tanto no aspecto financeiro quanto na efetividade da prestação dos serviços educacionais.

Financeiramente, a proposta de contratação destaca-se por **gerar economicidade ao Poder Público Municipal**, uma vez que a disponibilização do contingente de 180 (cento e oitenta) profissionais produz os seguintes impactos:

Soluções	Valor (R\$) 12 meses
Concurso Público (Quadro Efetivo)	R\$ 9.714.050,76 (¹)
Terceirização dos Serviços	R\$ 9.423.999,72 (²)
<b>VANTAGEM MÍNIMA</b> (antes dos lances):	<b>R\$ 290.051,04</b>

**Fonte 1:** Departamento de Gestão de Pessoas (DGP/Birigui, 2025).

**Fonte 2:** Valor total estimado resultante da coleta dos orçamentos em múltiplas fontes de pesquisa (jul., 2025).

Conclui-se, portanto, que a melhor solução para a prestação do serviço é através da contratação de empresa para disponibilização e capacitação desses profissionais de apoio escolar, para atendimento, a um só tempo, das necessidades das crianças e das orientações dos Órgãos da Justiça e do Ministério Público, sem correr-se o risco de suspensão do atendimento praticado, dada a sua relevância pública indiscutível.

### 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Em levantamento preliminar por meio de consultas realizadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Painel de Preços do Governo Federal, Portal da Transparência, Bolsa Eletrônica do Estado de São Paulo, pesquisa direta com empresas de mercado, verificamos que o custo estimado total é de aproximadamente **R\$ 9.423.999,72 (Nove Milhões, Quatrocentos e Vinte e Três Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Setenta e Dois Centavos)**, considerando 12 (doze) meses.

### 7- MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIAS OFERECIDAS:

A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de **termo de contrato**, devidamente assinado, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

Constituem também condições para a celebração da contratação:





## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

### Garantia da Contratação

A Prefeitura Municipal de Birigui, em simetria com o Pregão Eletrônico nº. 90007/2024 e Processo Administrativo nº 015.00181245/2024-36, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, exigirá da CONTRATADA, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133/2021, garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, que deverá ser efetivada antes de sua assinatura, podendo ser prestada por uma das seguintes modalidades (*a não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a celebração do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas*):

I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria.

V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

Será considerada extinta a garantia:

a) Com a devolução da apólice ou da carta fiança, bem como com a restituição de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as Cláusulas do Contrato;

b) no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados do término do prazo de vigência do Contrato, caso a Prefeitura de Birigui não comunique a ocorrência de sinistros.

**A vigência contratual será de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do Contrato, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.**

Os serviços deverão ser iniciados **em até 10 (dez) dias úteis** contados da data de recebimento da Ordem de Serviços a ser expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

### **8- PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO OU NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO:**

Considerando a natureza dos serviços, bem como todas as peculiaridades necessárias na execução das atividades, torna-se prudente e coerente que os serviços sejam prestados por uma única empre-



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

sa, em conformidade com o entendimento firmado pela Egrégia Corte do Tribunal de Contas da União, consignado no Acórdão/TCU 1214/2023 - Plenário: "o parcelamento de serviços não especializados, por exemplo, limpeza, jardinagem, copeiragem, garçom, deve ser evitado".

O não parcelamento da solução é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, visto que a contratação se refere a gestão de mão de obra, não se trata de serviços especializados.

Não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia, nos procedimentos da fiscalização de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa.

### **9- RESULTADOS PRETENDIDOS:**

Os resultados esperados com essa contratação dizem respeito aos seguintes aspectos:

Garantir o pleno atendimento do objeto e a boa execução dos serviços de profissional de apoio aos alunos público-alvo da Educação Especial e às atividades acessórias das escolas municipais;

Minimizar chances de inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgastes, custos ou prejuízo à Administração;

Assegurar um ambiente de ensino inclusivo e favorável à boa execução das atividades educativas, de modo que haja a prestação do serviço público com qualidade e excelência;

Contribuir para o pronto atendimento das demandas e recomendações do Ministério Público e da Justiça, assegurando a disponibilização e capacitação dos profissionais de apoio de acordo com as necessidades concretas dos alunos público-alvo da Educação Especial e das escolas públicas municipais;

Garantir o desenvolvimento das atividades educacionais voltadas aos alunos público-alvo da Educação Especial considerando os princípios da economicidade, eficiência, eficácia, para melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros.

### **10- PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES PELA ADMINISTRAÇÃO:**

Para a contratação pretendida serão adotadas as seguintes providências:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) elaboração de minuta do contrato;
- d) designação do gestor e fiscal do contrato;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho; e



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

I) assinatura e publicação do contrato.

### **11- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:**

Diante do levantamento das necessidades da contratação acompanhada dos demais elementos que consolidam o presente estudo técnico preliminar, analisando a solução como um todo e o ciclo de vida desse contrato, não se faz necessária demais contratações correlatas/interdependentes para a viabilidade da contratação pretendida.

### **12- DEMONSTRAÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E POSSÍVEIS MEDIDAS MITIGADORAS:**

Com o objetivo de atender a preceitos legais e constitucionais que exigem do Poder Público a partir de competência concorrente entre a União, Estados, Municípios e Distrito Federal a proteção, manutenção e preservação do meio ambiente, com o combate à poluição em qualquer de suas formas, a presente contratação deve manter critérios de sustentabilidade nas aquisições e contratações, sendo dever do contratado a atuação na execução e prestação de serviços públicos de acordo com boas práticas de sustentabilidade.

A contratada deverá seguir os critérios de sustentabilidade definidos no Termo de Referência para mitigação de possíveis riscos, especificamente ações voltadas à economicidade dos recursos pedagógicos disponibilizados pelas escolas para o trabalho com os alunos e o bom uso e conservação do patrimônio público.

### **13- POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM VISTA A SOLUÇÃO A QUE SE DESTINA:**

Após percorrer pelos elementos obrigatórios do Estudo Técnico Preliminar, conforme o § 1º, do artigo 18, da Lei 14.133/2021, o presente Estudo Técnico está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis pelo que recomendamos o prosseguimento da contratação.